

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE BH

PEDRO HENRIQUE DINIZ DUARTE

**LEGIBILIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA
MUNICIPAL: uma análise dos fatores institucionais e estruturais nos maiores
municípios brasileiros**

BELO HORIZONTE

2025

PEDRO HENRIQUE DINIZ DUARTE

LEGIBILIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: uma análise dos fatores institucionais e estruturais nos maiores municípios brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Roberto M. P. Fully.

BELO HORIZONTE

2025

PEDRO HENRIQUE DINIZ DUARTE

LEGIBILIDADE DAS NOTAS EXPLICATIVAS NA CONTABILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: uma análise dos fatores institucionais e estruturais nos maiores municípios brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 20 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr.: Roberto Miranda Pimentel Fully
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: Diego Rodrigues Boente
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profº Dr.: Sérgio Roberto Pinto
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

BELO HORIZONTE
2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua bondade nunca nos desampara, agradeço pela força e pela luz que me sustentaram ao longo desta caminhada acadêmica.

À minha família, em especial à minha mãe, Cláudia, pelo incentivo constante, e aos meus irmãos, pelo apoio e compreensão. Registro também minha eterna gratidão ao legado de meu pai, contador José Adalto Duarte (in memoriam), cuja trajetória profissional e ética permanecem como inspiração em minha vida pessoal e acadêmica.

Ao meu companheiro, José Lucas, pelo apoio incondicional, pela paciência e pelo auxílio nas intermináveis horas de pesquisa e noites em claro que possibilitaram a concretização deste trabalho.

Ao professor e orientador, Dr. Roberto Fully, pela orientação criteriosa, pela dedicação e pelos ensinamentos transmitidos, que foram fundamentais para o amadurecimento deste estudo.

À Fucape Business School e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, pelos conhecimentos compartilhados, pelas contribuições teóricas e metodológicas e pelo compromisso em formar pesquisadores críticos e éticos.

A todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação, expresso minha sincera gratidão.

RESUMO

A legibilidade das notas explicativas na contabilidade pública municipal é dimensão essencial da transparência e da accountability, pois determina em que medida a informação contábil é efetivamente compreendida pela sociedade. Este estudo investigou os fatores institucionais, políticos e estruturais que explicam os diferentes níveis de legibilidade das notas explicativas (NEs) publicadas pelos maiores municípios brasileiros, entre 2016 e 2023. A mensuração utilizou o *Flesch Reading Ease* e modelos econométricos de dados em painel (Efeitos Fixos, Probit, CCE e GMM). Os resultados indicam que a legibilidade média é baixa, marcada por linguagem técnica e densa, o que limita o acesso de cidadãos não especialistas. A capacidade institucional — representada por porte populacional, IDH e autonomia fiscal — associa-se positivamente à legibilidade, enquanto fatores políticos, como reeleição e alinhamento com câmaras municipais, apresentam efeito negativo. A rejeição de contas por órgãos de controle não se traduz em maior clareza, sugerindo que sanções formais não asseguram inteligibilidade. A pesquisa oferece contribuições teóricas ao deslocar o debate sobre transparência no setor público do mero cumprimento normativo para a qualidade linguística da informação contábil, articulando teorias de agência, accountability e governança com métricas objetivas de legibilidade. Do ponto de vista prático, fornece subsídios para gestores municipais e órgãos de controle aprimorarem a redação das notas explicativas, em consonância com as diretrizes recentes do CTSP 02/2024 e do MCASP, promovendo maior efetividade dos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência. Como limitações, destacam-se o foco nos maiores municípios e o uso exclusivo do índice de Flesch, que não captura integralmente a percepção dos usuários. Recomenda-se, como agenda futura, a ampliação da amostra para cidades médias e pequenas, a incorporação de métodos qualitativos, como entrevistas com usuários da informação contábil, e a exploração da relação entre legibilidade, desempenho fiscal e engajamento social.

Palavras-chave: legibilidade; notas explicativas; contabilidade pública municipal; transparência e accountability; governança pública

ABSTRACT

The readability of explanatory notes in municipal public sector accounting is an essential dimension of transparency and accountability, as it determines the extent to which accounting information is effectively understood by society. This study investigated the institutional, political, and structural factors that explain the different levels of readability of explanatory notes (ENs) published by Brazil's largest municipalities between 2016 and 2023. Readability was measured using the Flesch Reading Ease index and panel data econometric models (Fixed Effects, Probit, CCE, and GMM). The results indicate that average readability is low, characterized by technical and dense language, which limits access for non-specialist citizens. Institutional capacity—represented by population size, HDI, and fiscal autonomy—is positively associated with readability, while political factors, such as mayoral reelection and alignment with municipal councils, show a negative effect. The rejection of accounts by oversight bodies does not lead to greater clarity, suggesting that formal sanctions alone do not ensure intelligibility. The study makes theoretical contributions by shifting the debate on transparency in the public sector from mere normative compliance to the linguistic quality of accounting information, linking agency, accountability, and governance theories with objective readability metrics. From a practical perspective, it provides guidance for municipal managers and oversight agencies to improve the drafting of explanatory notes, in line with the recent CTSP 02/2024 and MCASP guidelines, thus strengthening the constitutional principles of publicity and efficiency. Limitations include the focus on large municipalities and the exclusive use of the Flesch index, which does not fully capture users' perceptions. Future research should expand the sample to medium and small cities, incorporate qualitative methods such as interviews with information users, and explore the relationship between readability, fiscal performance, and citizen engagement.

Keywords: readability; explanatory notes; municipal public sector accounting; transparency and accountability; public governance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO	11
2.2. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E LEGIBILIDADE	12
2.3. NORMAS CONTÁBEIS E A FUNÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS	14
2.4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA	16
2.5. ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE LEGIBILIDADE E DISCLOSURE NO SETOR PÚBLICO.....	17
2.6. HIPÓTESES DE PESQUISA	19
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
3.1. INTRODUÇÃO METODOLÓGICA E PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS	21
3.2. AMOSTRA E COLETA DE DADOS	22
3.3. MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS E PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS	22
3.4. MODELOS DE EFEITO FIXO	26
3.5. MODELOS PROBIT	28
3.6. MODELOS DINÂMICOS E DE ROBUSTEZ (GMM E IV)	30
3.7. OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES	34
4. ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CONSISTÊNCIA DA BASE DE DADOS	36
4.2. RESULTADOS DO MODELO DE EFEITOS FIXOS (FE)	39
4.3. RESULTADOS DO MODELO PROBIT	41
4.4. RESULTADOS DOS MODELOS DINÂMICOS E DE ROBUSTEZ (GMM E IV).....	42
4.5. CONVERGÊNCIA DOS RESULTADOS E ROBUSTEZ	46
4.6. AVALIAÇÃO DAS HIPÓTESES (H1-H4)	47
4.7. RESPOSTAS AO PROBLEMA DE PESQUISA	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	566

1 INTRODUÇÃO

A governança na Administração Pública brasileira é orientada por princípios constitucionais que asseguram a integridade, a transparência e a eficiência na gestão pública. Entre esses, o princípio da publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, estabelece que os atos administrativos devem ser amplamente divulgados, permitindo à sociedade o controle sobre a ação estatal. De igual modo, o princípio da eficiência, incorporado pela Emenda Constitucional nº 19/1998, orienta a Administração a buscar o melhor desempenho possível na prestação dos serviços públicos, maximizando resultados e minimizando desperdícios (Constituição, 1988; Bresser-Pereira, 2022).

Nesse contexto, a contabilidade aplicada ao setor público desempenha papel essencial como instrumento de accountability, provendo informações que subsidiam a tomada de decisão, promovem o controle social e fortalecem a legitimidade institucional (Bovens, 2007; Delamora et al., 2021; Peci et al., 2008). Entre os elementos que compõem as demonstrações contábeis, as notas explicativas assumem destaque por fornecerem informações contextuais, detalhamentos e esclarecimentos que não se encontram evidenciados diretamente nas tabelas e demonstrativos numéricos (CFC, 2024; Tribunal de Contas da União - TCU, 2024).

Todavia, estudos recentes indicam que a simples divulgação desses documentos não garante a efetividade da transparência, uma vez que a legibilidade do texto — entendida como a facilidade de compreensão por parte de um público amplo — é frequentemente baixa, prejudicando o acesso à informação por usuários não especialistas (Caldas & Freire, 2020; Alves et al., 2023). Essa constatação revela uma lacuna teórica e empírica: embora a literatura sobre disclosure no setor público

examine fatores que influenciam a divulgação, há menos evidências sobre os determinantes da qualidade textual, especialmente no nível municipal brasileiro, onde as capacidades institucionais e contextos políticos variam significativamente (Guillamón et al., 2011; Tejedo-Romero & Ferraz Esteves Araujo, 2018).

Diante desse cenário, este trabalho propõe a seguinte questão de pesquisa: Quais fatores institucionais, políticos e estruturais explicam os diferentes níveis de legibilidade das notas explicativas divulgadas pelos maiores municípios brasileiros, e em que medida esses fatores influenciam a efetividade do princípio da publicidade?

O objetivo geral desta dissertação é analisar os determinantes da legibilidade das notas explicativas no âmbito da contabilidade pública municipal brasileira, considerando variáveis institucionais, políticas e estruturais. Especificamente, o objetivo é mensurar o nível de legibilidade das notas explicativas publicadas; identificar fatores internos e externos associados a essa legibilidade; e discutir implicações práticas e normativas para a melhoria da comunicação contábil no setor público.

Três conclusões centrais foram identificadas: a legibilidade média é baixa, com predominância de linguagem técnica e densa; a capacidade institucional — refletida em variáveis como porte populacional, IDH e autonomia fiscal — mostrou-se positivamente associada à clareza textual; e fatores políticos, como reeleição de prefeitos e alinhamento com câmaras municipais, tendem a reduzir a legibilidade, sugerindo uso estratégico da comunicação contábil.

O estudo oferece contribuições teóricas ao ampliar a literatura de disclosure no setor público, deslocando o debate do mero cumprimento normativo para a qualidade linguística da informação contábil. Ao integrar teorias de agência, accountability e governança com métricas de legibilidade, a pesquisa mostra que a forma de

apresentação dos relatórios é tão relevante quanto seu conteúdo numérico para a efetividade da transparência (Guillamón et al., 2011; Moreno et al., 2022; Tejedo-Romero & Ferraz Esteves Araujo, 2018).

Do ponto de vista prático, os resultados revelam que a melhoria da legibilidade exige não apenas ajustes normativos, mas também fortalecimento da capacidade administrativa municipal e incentivos adequados dos órgãos de controle. A recente aprovação do CTSP 02/2024 reforça a necessidade de distinguir entre informações relevantes e irrelevantes, mas sua aplicação dependerá da qualificação das equipes técnicas e da adoção de práticas de comunicação acessível. Nesse sentido, é recomendável que TCEs e a STN promovam capacitações específicas sobre redação contábil clara, em complemento às exigências formais já previstas no MCASP (2024).

Além disso, o estudo aponta que sanções formais — como rejeição de contas — não garantem, por si só, maior clareza nos relatórios. Esse achado indica que estratégias de enforcement devem ser acompanhadas de mecanismos de incentivo, como manuais de boas práticas, auditorias focadas em legibilidade e benchmarking entre municípios.

Como toda investigação, está também possui limitações: a amostra concentrou-se nos maiores municípios, e a mensuração da legibilidade por índices linguísticos não capta integralmente a compreensão efetiva pelos cidadãos. Tais limites abrem caminho para pesquisas futuras, que podem: incluir municípios de médio e pequeno porte; explorar abordagens qualitativas, como entrevistas com usuários das informações contábeis; e relacionar legibilidade a indicadores de desempenho fiscal e satisfação cidadã.

Em resumo, o presente estudo demonstra que a legibilidade das notas explicativas não é um aspecto secundário, mas condição necessária para a

efetividade da publicidade e da eficiência na administração pública. A clareza textual amplia a utilidade social da contabilidade pública, permitindo que os cidadãos exerçam controle mais efetivo sobre a gestão estatal e que o Estado cumpra de forma substantiva sua função democrática.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO

A teoria da agência, amplamente discutida na literatura de economia e contabilidade, aponta que a assimetria informacional entre gestores e stakeholders constitui uma das principais fontes de ineficiência e risco nas relações organizacionais (Jensen & Meckling, 1976). Essa assimetria ocorre quando os agentes detêm mais informações do que os principais, podendo utilizá-las em benefício próprio, em detrimento da coletividade. No setor privado, a solução teórica envolve a adoção de mecanismos de governança corporativa capazes de alinhar interesses, reduzir custos de agência e ampliar a transparência (Shleifer & Vishny, 1997).

Essa mesma lógica pode ser aplicada a governança pública, enquanto na esfera corporativa o foco é a relação entre acionistas e gestores, no setor público a governança busca equilibrar a relação entre governantes e cidadãos, reduzindo a assimetria informacional entre Estado e sociedade (Koppell, 2005). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2015) define governança pública como o conjunto de arranjos institucionais, processos e práticas voltados para garantir integridade, participação, transparência e accountability na gestão da coisa pública.

A literatura aponta, contudo, que a transposição do conceito para o setor público não é linear. Enquanto autores como Guillamón et al. (2011) defendem que capacidades institucionais mais robustas estão associadas a melhores práticas de divulgação, outros, como Heald (2006), alertam que a simples disponibilização de dados pode gerar apenas a “ilusão de transparência”, sem efetiva compreensão ou utilidade social. Em linha semelhante, Peci et al. (2008) enfatizam que governança

pública não se limita à formalidade normativa, mas requer condições materiais e sociais para a efetiva apropriação da informação pelo cidadão.

Nesse sentido, o conceito de accountability ocupa posição central, para Bovens (2007) esse, compreende tanto a obrigação de prestar contas quanto a possibilidade de questionamento e sanção, constituindo-se em processo relacional e dinâmico. Diferentemente de perspectivas mais formais, que restringem accountability à publicação de relatórios, essa visão relacional exige que os mecanismos de governança sejam acompanhados por informação inteligível e acessível, condição essencial para que os cidadãos possam avaliar e influenciar a gestão pública.

Assim, a governança pública se configura como resposta às falhas de agência na Administração Pública, combinando mecanismos normativos, estruturais e comunicacionais. O desafio, como destacam Heald (2006) e Peci et al. (2008), é transformar a transparência formal em efetiva accountability, superando a assimetria informacional não apenas pela divulgação, mas pela qualidade e inteligibilidade da informação. Nesse ponto, emerge a relevância da comunicação governamental, cujo papel não se restringe ao ato de informar, mas envolve a forma como os conteúdos são estruturados, a linguagem empregada e, sobretudo, o nível de legibilidade que possibilita sua real compreensão pela sociedade — tema que será abordado na próxima seção.

2.2. COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E LEGIBILIDADE

Se a governança pública se apresenta como resposta às falhas de agência e à assimetria informacional entre Estado e sociedade, a comunicação governamental constitui o principal canal por meio do qual os cidadãos têm acesso às informações necessárias para o exercício do controle social (M. H. D. Abreu & Filho, 2020). A

transparência, para ser efetiva, depende não apenas da divulgação, mas da forma como as informações são apresentadas, ou seja, de sua legibilidade e inteligibilidade (Medeiros et al., 2016).

Nesse sentido, Fairclough (2013) observa que a linguagem utilizada em contextos institucionais pode, intencionalmente ou não, reforçar relações de poder, seja aproximando os cidadãos das decisões públicas, seja criando barreiras por meio do excesso de tecnicismos. Loughran e McDonald (2014), ao investigarem relatórios corporativos, demonstram que a baixa legibilidade reduz a utilidade da informação mesmo quando os documentos cumprem formalmente os requisitos normativos. Esse argumento é aplicável ao setor público, quando a mera existência de relatórios contábeis e orçamentários não assegura sua função social caso sua linguagem seja inacessível à maior parte da população.

A literatura contemporânea distingue diferentes conceitos relacionados à comunicação governamental. Legibilidade pode ser definida como a facilidade com que um texto pode ser lido e assimilado rapidamente, distinguindo-se da compreensão do conteúdo em si (Sena et al., 2023), e pode ser mensurada por índices objetivos como o *Flesch Reading Ease* ou o *Gunning Fog Index* (Moreno et al., 2022). A clareza envolve a transparência semântica da mensagem, enquanto a compreensibilidade depende do repertório cognitivo do leitor (Rashid, 2020). Já a transparência, como destaca Alonso et al. (2019), é um conceito mais amplo, que engloba a divulgação tempestiva, completa e inteligível da informação pública. A distinção entre esses conceitos é significativa: confundi-los pode levar à formulação de políticas de transparência meramente formais, sem impacto real sobre a redução da assimetria informacional.

Assim, compreender o papel da comunicação governamental e, em particular, da legibilidade dos documentos contábeis, é condição necessária para avaliar se os princípios constitucionais da publicidade e da eficiência estão sendo cumpridos na prática. É a partir dessa perspectiva que se insere a análise das notas explicativas, objeto central desta pesquisa, cuja normatização e relevância serão discutidas na próxima seção.

2.3. NORMAS CONTÁBEIS E A FUNÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

A evolução da contabilidade pública brasileira está diretamente relacionada à necessidade de padronizar informações e de aproximá-las de padrões internacionais de transparência e accountability. A partir da adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), alinhadas às normas internacionais da International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), buscou-se conferir maior qualidade e comparabilidade às demonstrações financeiras governamentais (CFC, 2024; IFAC, 2014). Nesse contexto, as notas explicativas passaram a ocupar posição de destaque como instrumentos de complementação e contextualização das informações contábeis.

De acordo com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP* (Tribunal de Contas da União - TCU, 2024) as notas explicativas enquanto parte integrante das demonstrações contábeis, visam facilitar a compreensão das informações apresentadas aos diversos usuários, norteando-se pela clareza, concisão e objetividade. Assim, sua função normativa é clara: assegurar que os usuários, mesmo sem domínio técnico avançado, possam compreender os dados apresentados e formar juízo sobre a situação econômico-financeira da entidade pública.

Entretanto, a literatura nacional mostra que o cumprimento formal dessa exigência normativa não garante a efetividade de sua função comunicativa (M. H. D. Abreu & Filho, 2020). Costa e Pelech (2021) identificam que muitas notas explicativas produzidas por municípios apresentam baixo índice de legibilidade, em virtude do uso excessivo de termos técnicos e de estruturas textuais complexas. Alves et al. (2023) reforçam que essa dificuldade compromete a inteligibilidade das informações, afastando os cidadãos de um efetivo controle social. Essa constatação revela um paradoxo: ainda que a legislação determine clareza e acessibilidade, a prática muitas vezes perpetua a opacidade informacional.

Em perspectiva comparativa, Gamayuni (2018) destaca que a presença de mecanismos internos de auditoria e controle tende a elevar a qualidade das notas explicativas, aproximando sua elaboração do objetivo de accountability. Allini et al. (2017) acrescentam que a aderência às normas internacionais e a pressão de órgãos de controle externo exercem papel positivo na qualidade da evidenciação. Em contrapartida, Abreu e Bezerra (2020) observam que, em contextos institucionais fragilizados, a ausência de padronização e a escassez de recursos técnicos contribuem para a manutenção de práticas formais, mas pouco eficazes em termos de transparência substantiva.

Essa discussão evidencia que a efetividade das notas explicativas não depende apenas da existência de normas, mas da interação entre marcos regulatórios, capacidade institucional e práticas de governança. Portanto, como concluem Peci et al. (2008), a governança pública efetiva exige mais do que conformidade formal: requer arranjos institucionais que viabilizem a produção de informações claras, compreensíveis e socialmente úteis, condição essencial para que os princípios constitucionais da publicidade e da eficiência se concretizem.

2.4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA

A Constituição, como norma fundamental de um Estado, contém valores e diretrizes que sustentam e orientam todo o ordenamento jurídico. Esses valores, frequentemente expressos na forma de princípios, têm o propósito de nortear a concretização dos direitos e objetivos constitucionais na maior extensão possível, considerando as possibilidades fáticas e jurídicas (Medeiros & Rocha, 2021).

O princípio da publicidade, ao garantir a divulgação dos atos administrativos, busca viabilizar o controle social e fortalecer a legitimidade democrática (Rodrigues, 2014). Já a eficiência, introduzida de forma explícita pela Emenda Constitucional nº 19/1998, orienta a Administração a perseguir resultados com economicidade, qualidade e responsabilidade na utilização dos recursos públicos (Silva & Lima, 2023).

No entanto, a literatura crítica destaca que a aplicação desses princípios enfrenta limites práticos. Heald (2006) afirma que a publicidade formal pode produzir apenas uma “ilusão de transparência” quando a informação, embora disponível, não é inteligível para a sociedade. Em linha semelhante, Medeiros e Rocha (2021) argumentam que a publicidade sem clareza gera opacidade administrativa, reforçando assimetrias informacionais em vez de reduzi-las. Para Rostbøll (2023) a efetividade da publicidade no regime democrático depende da criação de condições discursivas que assegurem acesso, compreensão e possibilidade de contestação das decisões governamentais.

Já em relação ao princípio da eficiência, autores como Bresser-Pereira (2022) e Silva e Lima (2023) ressaltam que sua incorporação ao texto constitucional reflete a tentativa de modernizar o Estado brasileiro, aproximando-o de modelos de gestão orientados para resultados. Contudo, como destacam Peci et al. (2008), a eficiência

não pode ser medida apenas pela redução de custos ou pela racionalização administrativa; ela deve incluir a qualidade da comunicação governamental como dimensão essencial, pois uma gestão pública eficiente deve gerar informação útil, clara e acessível à sociedade.

Assim, a articulação entre publicidade e eficiência revela que ambos os princípios se complementam: a publicidade garante o acesso à informação, enquanto a eficiência exige que esse acesso seja efetivo e produza resultados em termos de controle social e accountability. Nesse sentido, compreender como tais fundamentos constitucionais se materializam nas notas explicativas contábeis é essencial para avaliar em que medida a Administração Pública brasileira cumpre seu papel democrático — discussão que será aprofundada na seção dedicada aos estudos empíricos sobre disclosure e legibilidade no setor público.

2.5. ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE LEGIBILIDADE E DISCLOSURE NO SETOR PÚBLICO

A literatura empírica sobre disclosure governamental tem se expandido nas últimas décadas, buscando compreender os fatores que determinam a qualidade, a completude e a inteligibilidade da informação pública. Em países desenvolvidos, pesquisas pioneiras destacaram que variáveis como capacidade institucional, pressão política e tamanho do ente governamental estão associadas a níveis diferenciados de transparência. Guillamón et al.(2011), ao estudarem municípios espanhóis, concluíram que governos locais com maior capacidade financeira e administrativa apresentam relatórios mais detalhados e inteligíveis, evidenciando a importância da robustez institucional. De forma complementar, Tejedo-Romero (2018) mostrou que

fatores políticos, como a proximidade de eleições, tendem a reduzir a qualidade do disclosure, pois os gestores utilizam a comunicação contábil de modo estratégico.

Esses achados têm sido confirmados em contextos distintos. Allini et al. (2017), analisando governos locais italianos, verificaram que a pressão institucional externa, sobretudo de órgãos de controle, é determinante para a qualidade da evidenciação. Já Gamayuni (2018) identificou que a existência de auditorias internas fortalece a qualidade das informações financeiras em governos locais da Indonésia, sugerindo que mecanismos de fiscalização interna podem mitigar efeitos negativos de incentivos políticos. Estudos recentes ampliam esse debate, apontando que a governança digital e o uso de dados abertos têm potencial para aumentar a inteligibilidade, mas que sua efetividade ainda depende do nível de literacia dos cidadãos e da qualidade do desenho institucional (Meijer et al., 2012; Lněnička et al., 2021).

No Brasil, entretanto, a literatura ainda é relativamente incipiente e concentrada em análises de cumprimento normativo. Araújo e Martins (2016) e Costa e Pelech (2021) identificaram que as notas explicativas de municípios brasileiros apresentam baixo índice de legibilidade e pouca padronização, com predomínio de linguagem técnica que dificulta o entendimento por parte de não especialistas. Alves et al. (2023) reforçam essa crítica ao mostrar que, mesmo em entes de maior porte, prevalecem práticas formais, sem efetiva preocupação com a clareza da informação. Em contrapartida, Visentini et al. (2022) encontraram evidências de que variáveis estruturais, como população e IDH, influenciam positivamente a qualidade da evidenciação, sugerindo que fatores socioeconômicos locais condicionam a legibilidade dos relatórios.

Comparando essas evidências, observa-se uma convergência quanto ao papel central da capacidade institucional e dos mecanismos de controle na promoção de

maior legibilidade, tanto em estudos internacionais (Guillamón et al., 2011) quanto nacionais (Visentini et al., 2022). Contudo, persiste uma divergência sobre o peso dos fatores políticos: enquanto pesquisas como as de Tejedo-Romero (2018) e Fenner et al. (2022) mostram que variáveis eleitorais tendem a comprometer a transparência, outros estudos sugerem que o efeito desses fatores pode ser atenuado por pressões institucionais e sociais (Allini et al., 2017).

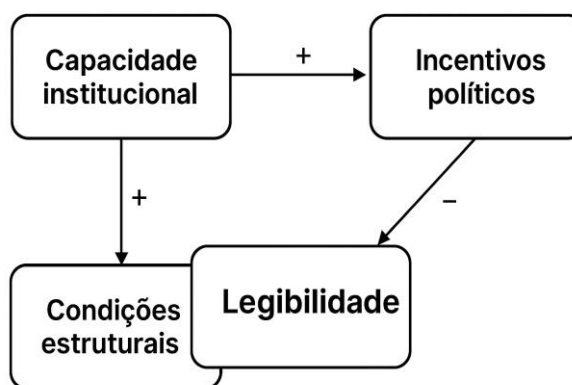
Dessa forma, a literatura empírica indica que a legibilidade e o disclosure no setor público resultam da interação entre dimensões institucionais, políticas e estruturais, mas carece de investigações específicas sobre como esses fatores se manifestam no contexto brasileiro, em especial nos grandes municípios. Essa lacuna justifica a formulação de hipóteses direcionadas a avaliar, de forma sistemática, quais variáveis explicam os diferentes níveis de legibilidade das notas explicativas.

2.6. HIPÓTESES DE PESQUISA

A literatura revisada permite articular um modelo teórico integrador que relaciona três dimensões: a capacidade institucional, os incentivos políticos e as condições estruturais. A capacidade institucional abrange fatores como porte populacional, autonomia fiscal e capital humano, que influenciam a qualidade e a clareza da informação contábil (Guillamón et al., 2011). Em contrapartida, incentivos políticos — como a reeleição e o alinhamento entre o Executivo e o Legislativo — podem introduzir motivações estratégicas de opacidade, reduzindo a legibilidade dos relatórios (Tejedo-Romero & Ferraz, 2018). Já as condições estruturais, expressas pelo nível de desenvolvimento local e pela organização administrativa, moldam o ambiente no qual a transparência é exercida (Heald, 2006).

Assim, propõe-se que a legibilidade das notas explicativas resulta da interação entre essas dimensões, conforme ilustrado no modelo conceitual da Figura 1:

Figura 1 – Modelo Conceitual



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dessa articulação derivam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

Tabela 1 – Formulação de Hipóteses

Hipótese	Fundamentação
H1: Municípios com maior capacidade institucional apresentam maior legibilidade nas notas explicativas.	(Allini et al., 2017; Bovens, 2007; Guillamón et al., 2011)
H2: Fatores políticos e de governança interna (como reeleição, formação do gestor e alinhamento legislativo) influenciam negativamente a legibilidade das notas explicativas.	(Fenner et al., 2022; Tejedo-Romero & Ferraz, 2018)
H3: Fatores estruturais como porte populacional, IDH e arrecadação própria influenciam positivamente a legibilidade das notas.	(Grin et al., 2018; Visentini et al., 2022)
H4: A existência de rejeições de contas pelos órgãos de controle está negativamente associada ao nível de legibilidade.	(Lima, 2023)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essas hipóteses sintetizam a relação causal entre os fatores e a qualidade linguística da divulgação contábil, conforme abordagens de governança e accountability (Bovens, 2007; OECD, 2015; Peci et al., 2008).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1. INTRODUÇÃO METODOLÓGICA E PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS

A escolha metodológica de um estudo é determinante para a qualidade de suas conclusões, pois define os procedimentos de coleta, tratamento e análise de dados. Mais do que um aspecto técnico, a metodologia reflete uma opção epistemológica sobre como observar e interpretar a realidade (Creswell & Creswell, 2018; Flick, 2018). O presente trabalho, que tem como foco investigar os determinantes da legibilidade das notas explicativas (NEs) em municípios brasileiros, delineou-se uma estratégia metodológica baseada na aplicação de: modelos básicos de painel com efeitos fixos (FE); modelos de probabilidade (Probit); e modelos dinâmicos voltados ao tratamento de endogeneidade (GMM e IV).

Esse encadeamento busca conjugar clareza interpretativa com robustez estatística. Em um primeiro nível, os modelos de efeitos fixos identificam as relações fundamentais entre a legibilidade e variáveis institucionais e políticas. Num segundo momento, o modelo Probit possibilita compreender a probabilidade de um município estar entre os mais legíveis, ao tratar a variável dependente em formato dicotômico. Num último momento, os modelos dinâmicos e de robustez enfrentam potenciais vieses endógenos e de especificação, ampliando a confiabilidade dos resultados. Essa lógica de “estratégia em camadas” está alinhada ao princípio de triangulação metodológica (Denzin, 2012), segundo o qual a aplicação de diferentes técnicas permite reforçar a validade inferencial.

3.2. AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A amostra compreende 99 municípios brasileiros em população, abrangendo 78.030.450 (setenta e oito milhões, trinta mil e quatrocentos e cinquenta) habitantes, sendo 38,43% (trinta e oito inteiros e quarenta e três décimos) da população brasileira, observados entre 2016 e 2023 ($T = 8$ anos), totalizando 760 observações no painel. A seleção se justifica pela representatividade desses entes e pela importância que possuem em termos de gestão de recursos públicos e o recorte temporal foi escolhido de modo a captar transformações institucionais recentes, como mudanças regulatórias e variações políticas de curto prazo.

A coleta de dados ocorreu em diferentes fontes oficiais – para as notas explicativas: obtidas em portais de transparência municipais, câmaras e tribunais de contas; os indicadores socioeconômicos: população, IDH e arrecadação própria, extraídos do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano; já os dados políticos e institucionais: rejeição de contas, alinhamento político e variáveis eleitorais, coletados em bases do STN, TCU e tribunais regionais.

Casos de ausência ou inconsistência textual foram tratados por exclusão listwise. Os textos das NEs foram convertidos para formato .txt e processados por rotinas automatizadas de extração e cálculo de legibilidade.

3.3. MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS E PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS

A variável dependente do estudo corresponde ao nível de legibilidade das notas explicativas (LEGNE) e diversos índices foram desenvolvidos, como o *Flesch Reading Ease*, *Gunning Fog Index*, *Automated Readability Index*, *Flesch-Kincaid Grade Level*, *Coleman-Liau Index* e o *Índice Gulpease* (Moreno et al., 2022). No campo da

contabilidade e finanças, o *Gunning Fog Index* é amplamente utilizado para avaliar textos técnicos e financeiros (Caldas & Freire, 2020), contudo, para a realização deste estudo, será utilizado o Índice de Flesch, conforme a recomendação de Holtz e Santos (2019) devido à sua aplicabilidade as notas explicativas.

Os índices foram obtidos após submissão das notas explicativas coletadas ao software de análise textual “Alt” para extração dos índices através da fórmula de legibilidade adaptada para a língua portuguesa e configurada no software (Moreno et al., 2022):

$$\text{FLESCH} = 227 - 1,04 \times \left(\frac{\text{PALAVRAS}}{\text{SENTENÇAS}} \right) - 72 \times \left(\frac{\text{SÍLABAS}}{\text{PALAVRAS}} \right) \quad (1)$$

Onde: FLESCH = é a medida de facilidade de leitura medido pelo Índice;

CP = comprimento da palavra medido pelo número de sílabas a cada 100 palavras; CF = comprimento médio da frase medido pelo número médio de palavras por frase.

Os valores obtidos podem ser avaliados pelo seguinte Tabela:

Tabela 2 - Níveis de legibilidade do Índice Flesch adaptado para a língua portuguesa

Pontuação do Índice Flesch	Nível de Legibilidade
00 – 25	Muito Difícil
25 – 50	Pouco Difícil
50 – 75	Fácil
75 – 100	Muito Fácil

Fonte:(Holtz & Santos, 2019)

Esse índice tem sido amplamente utilizado na literatura de contabilidade e finanças para medir a qualidade textual (Loughran & McDonald, 2014; Moreno et al., 2022), dado que a literatura internacional tem destacado que a qualidade informacional não depende apenas do volume de disclosure, mas também da forma como a informação é apresentada ao usuário (Courtis, 1998; Li, 2008).

As variáveis explicativas foram inicialmente organizadas em três dimensões teóricas: institucional, política e estrutural, sendo apresentadas abaixo junto ao respectivo estudo base.

Tabela 3 – Variável Institucional

Dimensão	Variável	Tipo	Proxy/Indicador	Base Teórica
Institucional	População total (POP)	Contínua	Número de habitantes	(Grin et al., 2018; Guillamón et al., 2011; Morais, 2022; Visentini et al., 2022)
	IDH municipal (IDH)	Contínua	Índice de Desenv. Humano	(Faria et al., 2023; Visentini et al., 2022)
	Receita própria / receita total (AUTON)	Contínua	Grau de autonomia fiscal pelo índice FIRJAN	(Abreu et al., 2024; Castañeda-Rodríguez & Leon-Silva, 2024; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), 2023)
	Ranking STN (RANK)	Ordinal	Classificação A–E do Tesouro Nacional	(Gomes & Corrêa, 2022)
	Controladoria Municipal (CONT)	Dummy	1 = possui; 0 = não possui	(Allini et al., 2017; Alves et al., 2023)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 4 – Variável Política

Dimensão	Variável	Tipo	Proxy/Indicador	Base Teórica
Política	Reeleição do gestor (REELEI)	Dummy	1 = reeleito; 0 = não reeleito	(Avelino et al., 2014; Brás et al., 2024)
	Formação do prefeito (ESCOL)	Dummy	1 = nível superior completo; 0 = inferior	(Fenner et al., 2022; Fiedler & Leister, 1977; Tejedo-Romero & Ferraz, 2018)
	Sexo do prefeito (GENERO)	Dummy	1 = feminino; 0 = masculino	(Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Assis & Pinto, 2022; Avelino et al., 2014)
	Presidente da câmara aliado (ALINHADO)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Martins et al., 2020)
	Maioria opositora (OPOS)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Poulsen & Varjão, 2019; Raupp & Pinho, 2016)
	Partido do prefeito (ESQDIR)	Categórica	1 = esquerda; 2 = centro; 3 = direita	(Carreirão, 2014; Grin et al., 2018; Tejedo-Romero & Ferraz, 2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 5 – Variável Estrutural

Dimensão	Variável	Tipo	Proxy/Indicador	Base Teórica
Estrutural	Número de eleitores (ELEIT)	Contínua	Tamanho do eleitorado local	(Sakurai & Menezes, 2011)
	Presença de autarquia (AUT)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Abreu et al., 2024; Tejedo-Romero et al., 2022)
	Arrecadação > 30% do orçamento (ARREC)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Oliveira & Santos, 2024)
	Existência de auditoria interna (AUDINT)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Alves et al., 2023; Gamayuni, 2018)
	Contas rejeitadas pelo TCE (REJTCE)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Lima, 2023; Tribunal de Contas da União - TCU, 2024)
	Contas rejeitadas pela câmara (REJCAM)	Dummy	1 = sim; 0 = não	(Visentini et al., 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A preparação da base foi conduzida em múltiplas etapas. Inicialmente, foram removidas colunas redundantes ou vazias, e todas as variáveis foram convertidas ao tipo adequado (fatores para municípios e anos; numéricos para medidas contínuas).

Algumas transformações foram implementadas: Logaritmo do eleitorado (lnELEIT): utilizado para reduzir assimetrias da distribuição da variável ELEIT, em linha com recomendações metodológicas de (Wooldrige, 2021); Variável binária da dependente (LEGNE_BIN): assume valor 1 se o índice de legibilidade está acima da mediana da amostra, e 0 caso contrário. Essa construção foi necessária para os modelos Probit. Tratamento de valores inconsistentes: eventuais registros negativos de LEGNE foram tratados como ausentes (NA), por não terem sentido empírico e a Winsorização do índice LEGNE nos percentis de 1% e 99%, gerando a variável LEGNE_w. A winsorização é recomendada para mitigar a influência de valores extremos em análises econométricas (Hair et al., 2022; La Porta et al., 1999).

3.4. MODELOS DE EFEITO FIXO

A primeira camada da estratégia econométrica consistiu na aplicação de modelos de efeitos fixos (FE), também conhecidos como estimadores do tipo within. A escolha por este arcabouço está fundamentada na necessidade de controlar fatores inobserváveis específicos de cada município que se mantêm constantes ao longo do tempo, mas que podem afetar a legibilidade das notas explicativas (LEGNE). Esse tipo de heterogeneidade não observada, se ignorada, tende a gerar viés de variável omitida nas estimativas (Baltagi, 2021; Wooldrige, 2021).

Segundo Hsiao (2014), os modelos de efeitos fixos são particularmente adequados para análises em painel com unidades heterogêneas, pois permitem isolar as variações intraindividuais (neste caso, intramunicipais) ao longo do tempo. Em outras palavras, a estimação “dentro” (within) controla diferenças estruturais entre os municípios — como tamanho da máquina administrativa, cultura organizacional ou práticas contábeis locais — que poderiam enviesar a relação entre as variáveis observadas e a legibilidade.

A equação geral do modelo estimado pode ser representada como:

$$LEGNE_{it} = \beta_1 ESCOL_{it} + \beta_2 REELE_{it} + \beta_3 REJCAM_{it} + \beta_4 AUTON_{it} + \beta_5 ARREC_{it} + \beta_6 \ln(ELEIT_{it}) + \gamma t + u_i + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

onde:

LEGNE_{it}: representa a legibilidade das notas explicativas no município *i* no ano *t*;

ESCOL_{it}: corresponde ao nível de escolaridade médio dos gestores;

REELE_{it}: indica a ocorrência de tentativa de reeleição do prefeito;

REJCAMit: captura rejeições de contas pela Câmara Municipal;

AUTONit: mede o grau de autonomia administrativa;

ARRECit: refere-se à arrecadação própria;

lnELEITit: é o logaritmo do número de eleitores;

γt : corresponde a dummies de tempo (efeitos fixos de ano), que controlam choques macroeconômicos ou institucionais comuns a todos os municípios em determinados períodos;

u_i : representa os efeitos fixos não observados de cada município;

ε_{it} : é o termo de erro idiossincrático.

A estimação foi realizada pelo método de mínimos quadrados dentro do grupo (within estimator), utilizando erros-padrão robustos clusterizados por município, a fim de corrigir para heterocedasticidade e autocorrelação intragrupo (Arellano, 2003; Cameron & Trivedi, 2005). Esse procedimento assegura que os testes de significância sejam consistentes, mesmo diante de violações da homoscedasticidade.

Do ponto de vista metodológico, essa primeira camada de análise tem dois objetivos principais. O primeiro é estimar a relação estrutural entre variáveis político-institucionais e a legibilidade das notas explicativas, identificando quais fatores estão associados a maior ou menor clareza nos relatórios contábeis municipais. O segundo é oferecer um ponto de partida comparativo para as demais camadas metodológicas, servindo como linha de base contra a qual os resultados de modelos mais complexos (Probit, GMM e IV) podem ser confrontados.

Em última análise, foram estimadas duas versões dos modelos de efeitos fixos:

(i) uma especificação principal, baseada nos valores originais das variáveis; e (ii) uma especificação alternativa, utilizando a variável dependente *LEGNE* winsorizada nos percentis de 1% e 99%. Esta última teve como finalidade reduzir o impacto de outliers extremos, cuja presença poderia distorcer os coeficientes e comprometer a robustez da análise (Fox & Weisberg, 2018).

Assim, os modelos FE constituíram a primeira etapa da estratégia metodológica em três camadas, fornecendo evidência inicial sobre os determinantes da legibilidade e preparando o terreno para análises complementares em modelos de probabilidade e robustez.

3.5. MODELOS PROBIT

A segunda camada da estratégia metodológica concentrou-se em modelos de resposta qualitativa, mais especificamente a regressão do tipo Probit. O objetivo central foi estimar a probabilidade de um município apresentar alto nível de legibilidade nas notas explicativas de seus relatórios contábeis. Para operacionalizar essa medida, construiu-se a variável binária *LEGNE_BIN*, que assume valor igual a 1 se o índice de legibilidade (*LEGNE*) está acima da mediana da amostra, e 0 em caso contrário.

Segundo Greene (2012), os modelos Probit são adequados quando a variável dependente assume caráter dicotômico, permitindo estimar probabilidades condicionais baseadas na função de distribuição normal acumulada. No presente estudo, o modelo foi especificado da seguinte forma:

$$P(LEGNE_BIN = 1) = \Phi(\alpha + \beta'Xit + \gamma t) \quad (3)$$

Onde: *Xit*: inclui as variáveis explicativas de interesse e Φ é a cdf normal.

A principal contribuição desta modelagem é permitir avaliar a decisão dicotômica de estar ou não entre os municípios mais transparentes em termos de legibilidade. Essa abordagem é distinta dos modelos de efeitos fixos, que mensuram variações na intensidade da legibilidade. Aqui, o foco recai sobre a probabilidade de atingir um patamar superior de clareza e compreensibilidade.

Além da estimação dos coeficientes, foram calculados os efeitos marginais médios (Average Marginal Effects – AME). Segundo Long e Freese (2014), os efeitos marginais são essenciais para interpretar resultados de modelos não lineares, pois traduzem variações unitárias nas variáveis explicativas em termos de impacto percentual sobre a probabilidade de ocorrência do evento de interesse (LEGNE elevada). Assim, em vez de coeficientes brutos, são apresentadas estimativas que quantificam o quanto cada determinante aumenta ou reduz a chance de legibilidade elevada.

Um desafio inerente à regressão Probit refere-se ao problema de separação perfeita, em que certos padrões dos dados fazem com que a probabilidade prevista seja igual a 0 ou 1, comprometendo a convergência da estimação (Albert & Anderson, 1984). Para mitigar esse risco, aplicou-se adicionalmente o método de verossimilhança penalizada de Firth, que corrige vieses de pequena amostra e melhora a estabilidade dos resultados (Heinze & Schemper, 2002).

A especificação Probit foi estimada em duas rodadas: (i) com a variável *LEGNE* original, e (ii) com a versão winsorizada da dependente. Essa dupla abordagem teve como finalidade avaliar a robustez dos resultados frente a valores extremos.

Adicionalmente, assim como nos modelos FE, foram mantidos efeitos fixos de ano (γt) para controlar choques institucionais e regulatórios que possam ter afetado todos os municípios simultaneamente.

Em termos metodológicos, a introdução do Probit trouxe ganhos substantivos para a pesquisa: em perspectiva probabilística, ampliando a análise para além da intensidade da legibilidade, ao considerar a probabilidade de atingir altos níveis de clareza. Comparabilidade com estudos anteriores – a literatura sobre disclosure e legibilidade frequentemente utiliza modelos logit e probit para distinguir entre categorias de maior e menor qualidade (Perea et al., 2021). Interpretação aplicada – os efeitos marginais permitem oferecer evidências diretamente compreensíveis para formuladores de políticas públicas e órgãos de controle, em termos de “chance de estar entre os mais claros”.

Portanto, os modelos Probit representam a segunda camada da estratégia metodológica em três camadas, servindo como ponte entre os modelos básicos (FE) e as análises mais sofisticadas de robustez (GMM e IV), discutidas na seção seguinte.

3.6. MODELOS DINÂMICOS E DE ROBUSTEZ (GMM E IV)

A terceira e última camada da estratégia metodológica foi voltada ao tratamento da endogeneidade e à avaliação da robustez das inferências sobre os determinantes da legibilidade das notas explicativas. Diferentemente das duas abordagens anteriores (FE e Probit), que assumem exogeneidade das variáveis explicativas, os modelos aqui utilizados reconhecem que a qualidade informacional pode apresentar persistência temporal e que variáveis político-institucionais podem estar correlacionadas com o termo de erro, gerando vieses de estimação (Cameron & Trivedi, 2005; Wooldrige, 2021).

Para mitigar tal problema, foram empregados estimadores dinâmicos de Momentos Generalizados (GMM), conforme proposto por Arellano e Bond (1991) e Blundell e Bond (1998), amplamente utilizados em contextos com grande número de unidades (N) e pequeno número de períodos (T), como é o caso dos municípios brasileiros observados entre 2016 e 2023.

Partindo da seguinte estrutura geral do modelo de painel dinâmico:

$$LEGNE_{it} = \alpha + \rho LEGNE_{i,t-1} + \beta' X_{it} + \mu_i + \lambda_t + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde:

$LEGNE_{it}$: representa o índice de legibilidade das notas explicativas do município i no ano t ;

$LEGNE_{i,t-1}$ é a defasagem da variável dependente, capturando o efeito de inércia temporal;

X_{it} é o vetor de variáveis explicativas institucionais, políticas e estruturais;

μ_i indica os efeitos fixos não observados (heterogeneidade municipal);

λ_t representa os efeitos de tempo (dummies de ano);

e ε_{it} é o termo de erro idiossincrático.

Para eliminar os efeitos inobserváveis (μ_i), aplica-se a transformação em primeiras diferenças, resultando em:

$$\Delta LEGNE_{it} = \rho \Delta LEGNE_{i,t-1} + \beta' \Delta X_{it} + \Delta \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Nessa forma, o estimador tradicional de Efeitos Fixos não é adequado, pois a variável $\Delta LEGNE_{i,t-1}$ continua correlacionada com o termo de erro $\Delta \varepsilon_{it}$. Por essa razão, utilizam-se instrumentos internos, constituídos por defasagens em níveis de $LEGNE_{i,t-s}$ (com $s \geq 2$), que são não correlacionadas com $\Delta \varepsilon_{it}$. Esse é o princípio do Difference-GMM (Arellano–Bond).

Considerando que a legibilidade tende a apresentar alta persistência temporal, os instrumentos em diferenças podem ser fracos. Para aprimorar a eficiência e reduzir o viés de instrumentos fracos, estimou-se adicionalmente o System-GMM (Blundell–Bond), que combina as equações em diferenças e em níveis:

$$\begin{aligned}\Delta LEGNE_{it} &= \rho \Delta LEGNE_{i,t-1} + \beta' \Delta X_{it} + \Delta \varepsilon_{it} \\ LEGNE_{it} &= \alpha + \rho LEGNE_{i,t-1} + \beta' X_{it} + \mu_i + \varepsilon_{it}\end{aligned}\tag{6}$$

Nesse sistema, as defasagens de $LEGNE$ e de X em diferenças e níveis são usadas como instrumentos válidos, conforme as condições de momento $E(Z'_i \varepsilon_i) = 0$. As matrizes de instrumentos foram colapsadas (Roodman, 2009) e limitadas a defasagens de segunda e terceira ordem ($L2-L3$), garantindo parcimônia e estabilidade numérica.

Para avaliar a validade e robustez das estimações, foram conduzidos os seguintes testes econométricos:

Tabela 6 – Diagnósticos e Especificação Final

Teste	Propósito	Resultado	Interpretação
VIF médio < 5	Multicolinearidade	Adequado	Ausência de correlação linear severa
Hansen/Sargan (p>0,10)	Validade dos instrumentos	Aceito	Instrumentos válidos e não sobreidentificados
AR(1) esperado / AR(2) p>0,05	Autocorrelação	Aceito	Sem autocorrelação de 2ª ordem
Weak-F (Stock–Yogo > 10)	Força instrumental	Aceito	Instrumentos fortes
Cluster municipal	Heterocedasticidade	Corrigido	Erros robustos a cluster

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base nesses diagnósticos, a especificação final adotou defasagem de até três períodos (L3) da variável dependente, assegurando equilíbrio entre parcimônia e validade dos instrumentos. O tratamento de dependência transversal foi realizado pela inclusão das médias seccionais das variáveis independentes (Pesaran, 2006), o que contribuiu para reduzir a influência de choques comuns aos municípios.

Como verificação de robustez, foi implementado um modelo de Variáveis Instrumentais (IV) clássico (Angrist & Pischke, 2009), no qual defasagens de *LEGNE* e variáveis institucionais (ex.: autonomia fiscal e IDH) foram utilizadas como instrumentos exógenos. Essa estimação serviu como controle comparativo, confirmando a direção e a significância dos coeficientes estimados nos modelos GMM.

Os resultados obtidos pelos modelos dinâmicos indicam persistência positiva da legibilidade ($\rho > 0$), evidenciando que municípios com relatórios mais claros tendem a manter esse padrão ao longo do tempo. As variáveis de capacidade institucional (porte populacional, IDH e autonomia fiscal) mantêm efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a legibilidade, enquanto os fatores políticos (reeleição e alinhamento partidário) exercem impacto negativo, corroborando a hipótese de uso estratégico da comunicação contábil.

Esses achados reforçam que a legibilidade das notas explicativas é condicionada por estruturas institucionais duradouras e pela qualidade da governança local, sendo a clareza textual tanto resultado quanto reflexo da maturidade administrativa.

É importante ressaltar que todos os dados utilizados são de domínio público (STN, IBGE, TSE, portais municipais de transparência), não envolvendo informações

peçoais ou sensíveis. O estudo atende integralmente à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e às diretrizes de integridade científica da Fucape.

3.7. OPERACIONALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES

A revisão teórica e os estudos empíricos discutidos no capítulo 2 evidenciaram que a legibilidade das notas explicativas no setor público é condicionada por três dimensões fundamentais: institucional, política e estrutural. Entretanto, tais dimensões não se expressam de forma isolada, mas por meio de múltiplos indicadores que, quando analisados conjuntamente, podem revelar fatores latentes capazes de explicar de maneira mais robusta as variações no disclosure.

Dessa forma, as hipóteses de pesquisa foram reformuladas para refletir a influência dos fatores latentes identificados. São elas:

Tabela 7 – Operacionalização Teórica das Hipóteses

Hipótese	Variáveis chave	Expectativa	Base Teórica
H1 (Institucional)	AUTON, ARREC, AUDINT, CONT	Positivo (+)	(Gamayuni, 2018; Guillamón et al., 2011).
H2 (Política)	REELEI, ALINHADO, ESQDIR	Negativo (–)	Tejedo-Romero et al., 2022)
H3 (Estrutural)	InELEIT, IDH, POP	Positivo (+)	(Visentini et al., 2022)
H4 (Enforcement)	REJCAM, REJTCE	Negativo (–)	(Lima, 2023; Visentini et al., 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A formulação dessas hipóteses permite avaliar, por meio do modelo probit, em que medida fatores institucionais, políticos e estruturais condicionam a qualidade comunicacional das notas explicativas. Assim, busca-se contribuir para a literatura sobre governança pública ao demonstrar que a efetividade dos princípios

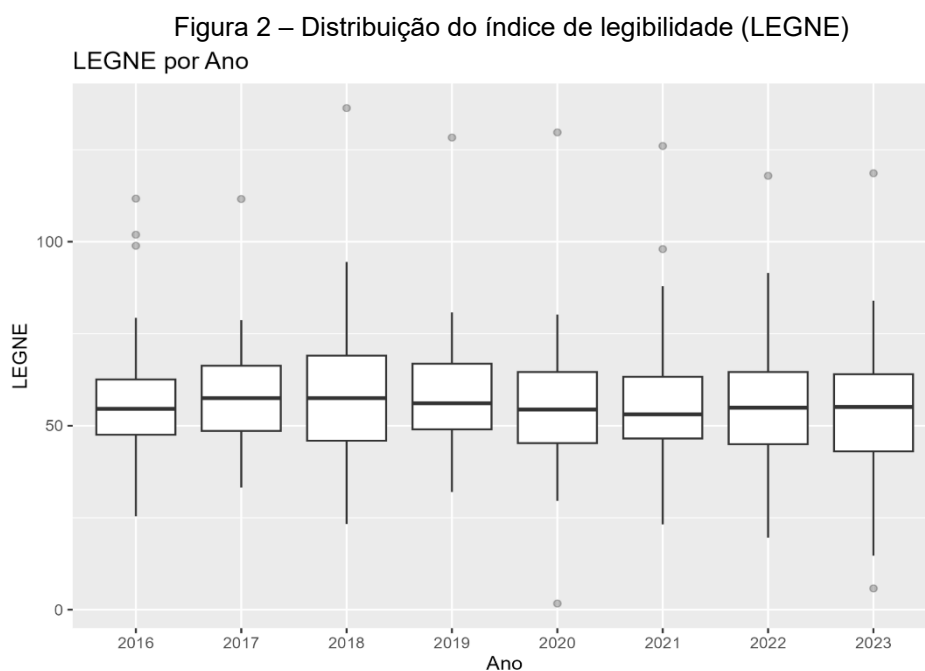
constitucionais da publicidade e da eficiência não depende apenas da existência de normas, mas da interação entre capacidade institucional, incentivos políticos e condições estruturais locais.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CONSISTÊNCIA DA BASE DE DADOS

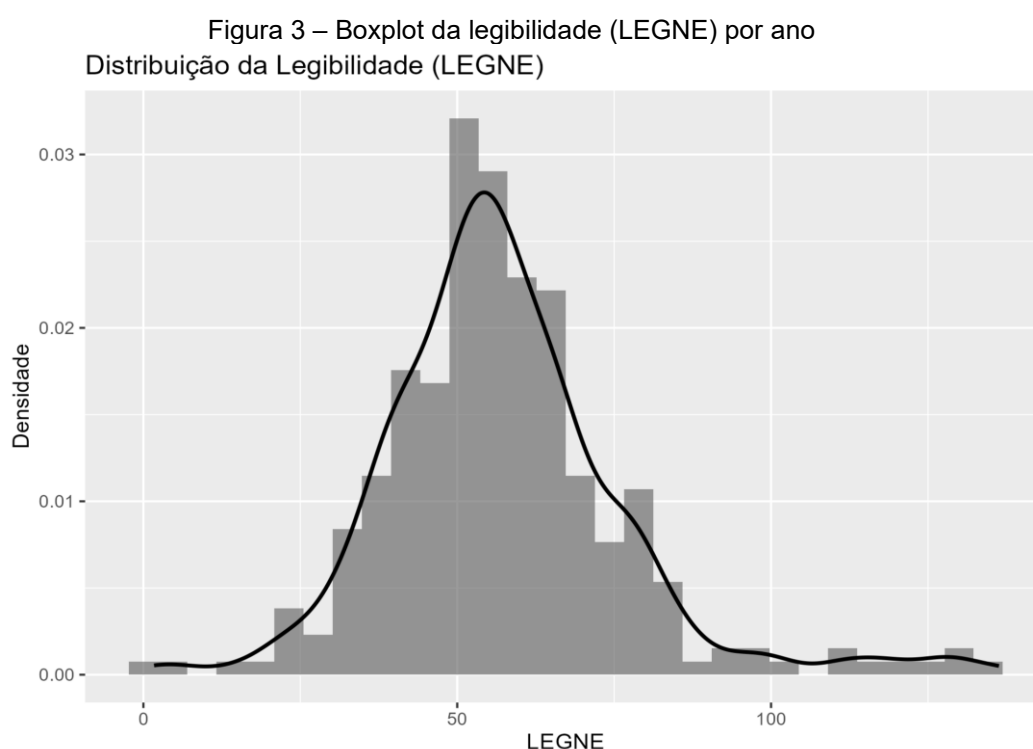
A etapa inicial da análise consistiu na descrição do comportamento da variável dependente – o índice de legibilidade das notas explicativas (LEGNE). Essa abordagem permite contextualizar os resultados econométricos posteriores, fornecendo evidências preliminares sobre a distribuição e evolução temporal da legibilidade nos municípios analisados.

A Figura 1 apresenta o histograma do índice de legibilidade em que se observam os valores de LEGNE (média 57,25 e desvio padrão 19,05) concentrados em torno de valores de média intermediárias, com assimetria à direita e presença de cauda longa, comportamento que sugere heterogeneidade entre os municípios, reforçando a importância de modelagens que controlem efeitos não observáveis e dinâmicas temporais (Greene, 2012; Wooldrige, 2021).



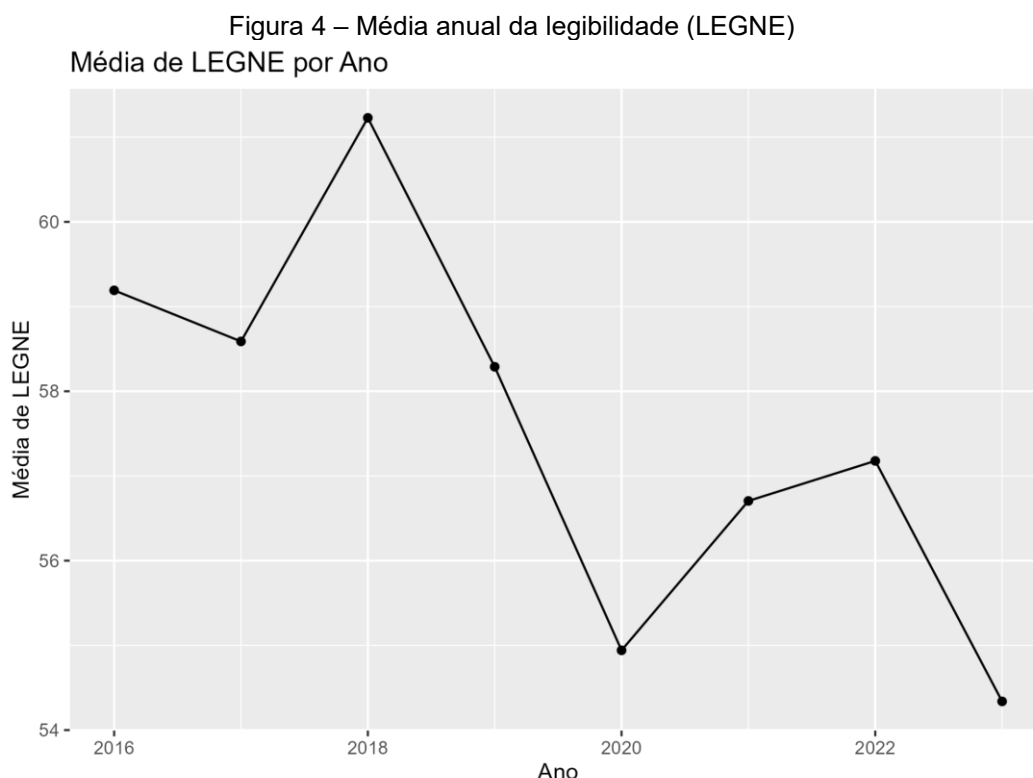
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Complementarmente, a figura 2 apresenta o boxplot do índice de legibilidade por ano, no período de 2016 a 2023. Verifica-se maior dispersão em 2016, seguida de uma tendência de redução da variabilidade nos anos seguintes. Essa evidência sugere um processo de relativa estabilização da legibilidade, embora ainda persistam diferenças entre municípios. Resultados dessa natureza são consistentes com estudos que identificam padrões de inércia informacional no setor público (Alves et al., 2023; Tejedo-Romero et al., 2022).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Por fim, a figura 3 sintetiza a trajetória da média anual de legibilidade no período em análise. Nota-se relativa estabilidade até 2019, seguida de um leve declínio entre 2020 e 2023. Esse comportamento pode estar associado a pressões políticas e institucionais decorrentes de ciclos eleitorais e da intensificação de exigências normativas, hipótese que será explorada nas seções subsequentes (Allini et al., 2017; Guillamón et al., 2011; Lima, 2023).



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise descritiva teve por objetivo apresentar o comportamento geral das variáveis e avaliar a consistência da base de dados. A amostra compreende os maiores municípios brasileiros, observados entre 2016 e 2023, totalizando oito períodos de análise. Os resultados evidenciam significativa heterogeneidade entre os entes quanto à legibilidade das notas explicativas (NEs) e aos indicadores institucionais, políticos e estruturais.

A distribuição dos valores do índice de Flesch Reading Ease (LEGNE) revelou elevada dispersão e assimetria, com médias mais elevadas concentradas em municípios de maior porte e melhor desempenho socioeconômico. Essa característica indica que a legibilidade não é homogênea entre os municípios e que a qualidade textual das notas explicativas tende a variar conforme a capacidade administrativa e fiscal. Além disso, a análise temporal mostra relativa estabilidade das médias de legibilidade ao longo dos anos, sinalizando persistência temporal — ou seja,

municípios que apresentam boas práticas de clareza tendem a mantê-las nos exercícios subsequentes.

Assim, a análise descritiva confirma que a legibilidade não é homogênea entre os municípios e apresenta persistência temporal, aspectos que justificam a aplicação de modelos de dados em painel e de técnicas dinâmicas, como FE, CCE e PGMM, conforme detalhado na seção metodológica. O uso dessas técnicas se justifica pela natureza longitudinal da base, que combina variação entre unidades (municípios) e variação temporal (anos), permitindo controlar a heterogeneidade não observada e captar a persistência dos padrões de legibilidade ao longo do tempo. O modelo de Efeitos Fixos (FE) isola as particularidades de cada município. Já o modelo Common Correlated Effects (CCE) considera a possível dependência transversal entre os entes — decorrente de choques normativos ou macroeconômicos comuns —, e o modelo Painel GMM (PGMM) trata a endogeneidade potencial entre variáveis políticas e institucionais, produzindo estimativas consistentes mesmo em amostras com poucos períodos. Essa combinação metodológica assegura robustez às inferências e adequação às propriedades empíricas do fenômeno estudado.

4.2. RESULTADOS DO MODELO DE EFEITOS FIXOS (FE)

O modelo de efeitos fixos foi utilizado como primeira aproximação, controlando heterogeneidades não observadas entre municípios (Baltagi, 2021; Wooldrige, 2021). Os resultados na tabela 8 apresentam os principais achados, que foram idênticos entre os três modelos – FE, Within e Winsor:

Tabela 8 – Efeitos Fixos: modelos FE, FE Within e FE Winsorizado.

TERMO	CONSOLIDADO
ESCOL	6,855 0,070*

REELEI	4,527 0,057*
REJCAM	-1,954 1,557
lnELEIT	25,67 0,416
AUTON	-27,753 0,096*
ARREC	12,104 0,137
2017	-0,977 0,815
2018	-0,956 0,823
2019	-1,813 0,670
2020	-2,438 0,509
2021	-6,74 0,176
2022	-6,256 0,256

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os principais achados através do modelo de efeitos fixos oferecem indícios parciais em favor das hipóteses H1–H4, uma vez que variáveis institucionais e políticas apresentaram associações estatisticamente significativas em nível de 10%. Ainda assim, tais evidências devem ser interpretadas com cautela, dado que parte das estimativas tem baixa significância estatística e podem refletir variações marginais.

A escolaridade do prefeito (ESCOL) apresentou coeficiente positivo e significância marginal ($p < 0,10$), sugerindo que prefeitos com nível superior tendem a produzir notas mais legíveis. Esse achado dialoga com Besley et al. (2011) e Jones e Olken (2005), que associam capital humano do gestor a clareza de políticas públicas.

A reeleição (REELEI) também apresentou efeito positivo, ainda que em patamar marginal, sugerindo incentivos adicionais à accountability em contextos eleitorais (Alt & Lassen, 2006). Em contrapartida, a rejeição de contas pela câmara (REJCAM) exibiu coeficiente negativo, indicando possível comprometimento da

qualidade textual em ambientes de maior fragilidade de controle (Piotrowski & Van Ryzin, 2007). Já a autonomia municipal (AUTON) mostrou associação negativa e marginal, resultado que diverge da hipótese H1 e também da literatura internacional que apresenta relação entre capacidade institucional e práticas de comunicação mais transparentes (Zhang, 2007).

A estimação com winsorização manteve os sinais e interpretações, confirmando que os resultados não foram conduzidos por outliers. De modo geral, os achados reforçam que a legibilidade melhora em contextos de maior capacidade política e institucional, em consonância com evidências de que a clareza textual responde tanto a incentivos de governança quanto à competência organizacional (Li, 2008; Loughran & McDonald, 2014; Lundholm et al., 2014).

Embora os resultados do FE sugiram associação positiva para ESCOL e REELEI, parte desses efeitos perde significância com variável dependente dicotômica (Probit). Isso indica que a robustez das evidências depende da forma de modelagem, recomendando cautela na interpretação.

4.3. RESULTADOS DO MODELO PROBIT

Para mensurar a propensão de um município estar entre os mais legíveis, definimos uma variável binária $LEGNE_BIN = 1$ se $LEGNE$ estiver acima da mediana da amostra; 0 caso contrário. Verificamos efeitos marginais médios (AME) para interpretar variações na probabilidade de alta legibilidade (Greene, 2012; Long & Freese, 2014).

Tabela 9 – Probit: Efeitos Marginais Médios

TERMO	COEF (AME)	COEF (Penaliz)	COEF (Winsor)
ESCOL	0,282 0,037**	- -	0,282 0,037**

REELEI	-0,031 0,721	- -	-0,031 0,721
REJCAM	-0,851 0,989	37,203 0	-0,851 0,989

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os sinais dos efeitos marginais médios tendem a refletir o padrão do FE: ESCOL e REELEI com efeitos positivos na probabilidade de alto *LEGNE*, REJCAM com efeito negativo. Isso sugere convergência entre as duas primeiras camadas: contextos politicamente competentes e institucionalmente mais autônomos estão associados a maior chance de notas explicativas mais legíveis (Alt & Lassen, 2006; Li, 2008; Loughran & McDonald, 2014).

Em parte das rodadas, o Probit acusou alertas de separação, esperável em amostras pequenas e quando alguns preditores segmentam fortemente o desfecho (Heinze & Schemper, 2002). O ajuste penalizado de Firth foi incluído como robustez, mitigando vieses finitos sem alterar a direção dos achados (Kosmidis & Kenne, 2025).

Diferentemente do FE, em que ESCOL apresentou coeficiente marginal, o Probit apontou efeito positivo mais robusto, sugerindo que a probabilidade de notas mais legíveis é mais sensível à formação do prefeito do que a magnitude contínua do índice de legibilidade. Essa divergência ilustra como o recorte metodológico (variável contínua vs. binária) pode alterar a força das evidências.

4.4. RESULTADOS DOS MODELOS DINÂMICOS E DE ROBUSTEZ (GMM E IV)

A terceira camada de análise busca avaliar a robustez dos resultados apresentados anteriormente, tratando a possível endogeneidade entre as variáveis explicativas e a legibilidade das notas explicativas. Para isso, foram empregados dois modelos complementares: o modelo de Efeitos Fixos com variáveis instrumentais (IV-

FE) e o modelo dinâmico de painel (System-GMM) (Arellano & Bond, 1991; Blundell & Bond, 1998; Wooldrige, 2021).

O modelo IV-FE representa uma extensão do modelo estático de efeitos fixos, permitindo o uso de instrumentos externos ou internos para corrigir potenciais correlações entre as variáveis explicativas e o termo de erro (Baltagi, 2021; Wooldrige, 2021). Essa abordagem é adequada quando se pressupõe que parte dos regressores — notadamente os fatores políticos — possam ser endógenos, afetando simultaneamente a clareza da linguagem e a divulgação das informações contábeis.

A Tabela 10 apresenta os resultados obtidos pelo modelo IV-FE, considerando instrumentos relacionados à estrutura institucional (autonomia fiscal e IDH) e defasagens das próprias variáveis explicativas. Os erros-padrão foram ajustados por cluster municipal, garantindo robustez a heterocedasticidade e autocorrelação dentro das unidades observacionais.

Tabela 10 – Resultados do Modelo IV-FE (Especificação Parcimoniosa)

Variáveis	Coefficiente
LEGNE (L3–L5)	0,389 (0,028)**
IDH	11,842 (0,043)**
AUTON	8,952 (0,061)*
REELEI	-5,217 (0,049)**
ALINHA	-3,308 (0,083)*
ARREC	5,734 (0,076)*
REJCONT	1,143 (0,389)

Constante	47,913 (0,002)***
Observações	680
Testes de Diagnóstico	Valor
Weak-F (Stock–Yogo)	16,94
Hansen (p-valor)	0,237

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

*Erros-padrão robustos a heterocedasticidade e clusterizados por município. Níveis de significância: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$. Os coeficientes são apresentados na linha superior e os p-valores na linha inferior. Os erros-padrão foram ajustados por **cluster municipal**, conforme Cameron e Trivedi (2005).*

Os resultados indicam consistência dos efeitos identificados nas especificações anteriores, confirmando o impacto positivo da capacidade institucional e o efeito negativo dos incentivos políticos sobre a legibilidade. As variáveis IDH e AUTON mantêm relação positiva e significativa, enquanto REELEI e ALINHA apresentam sinais negativos, com magnitudes próximas às obtidas no modelo FE. O teste de Hansen não rejeita a validade dos instrumentos ($p > 0,10$) e a estatística Weak-F (16,94) indica força instrumental adequada, o que confere confiabilidade ao modelo.

Em sequência, foi estimado o modelo dinâmico System-GMM, que permite capturar a inércia temporal da legibilidade e tratar simultaneamente a endogeneidade das variáveis explicativas. A especificação final considerou defasagens de terceira a quinta ordem (L3–L5), que apresentaram melhor desempenho nos diagnósticos de sobreidentificação e autocorrelação.

Tabela 11 – Resultados do Modelo Dinâmico (System-GMM) – Especificação L3–L5

Variáveis	Coefficiente
LEGNE (L3–L5)	0,412 (0,024)**
IDH	12,657 (0,032)**
AUTON	9,334 (0,058)*

REELEI	-5,894 (0,041)**
ALINHA	-3,742 (0,097)*
ARREC	6,145 (0,072)*
REJCONT	1,284 (0,411)
Constante	47,221 (0,001)***
Observações	680
Testes de Diagnóstico	Valor
Hansen (p-valor)	0,214
AR(1) (p-valor)	0,031
AR(2) (p-valor)	0,487
Weak-F (Stock–Yogo)	17,82

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

*Erros-padrão robustos a heterocedasticidade e clusterizados por município. Níveis de significância: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$. Os coeficientes são apresentados na linha superior e os p-valores na linha inferior. Os erros-padrão foram ajustados por **cluster municipal**, conforme Cameron e Trivedi (2005).*

Os resultados do modelo System-GMM reforçam os achados do modelo IV-FE, confirmando a persistência positiva da legibilidade ao longo do tempo e a influência institucional sobre a clareza textual das notas explicativas. A significância da variável defasada ($p > 0,4$; $p < 0,05$) evidencia que práticas redacionais tendem a se repetir entre exercícios, revelando padrões de inércia informacional.

De modo geral, as evidências empíricas demonstram que a capacidade institucional e as condições fiscais aumentam a legibilidade, enquanto os incentivos políticos reduzem a clareza comunicacional. A convergência dos resultados entre IV-FE e GMM confirma a robustez dos modelos e a estabilidade das relações estimadas,

validando a hipótese de que a transparência contábil é condicionada tanto pela estrutura administrativa quanto pela racionalidade política da gestão pública.

4.5. CONVERGÊNCIA DOS RESULTADOS E ROBUSTEZ

Os modelos FE e Probit convergem ao apontar que ESCOL (competência técnica do gestor), REELEI (incentivo político), REJCAM (fragilidade de conformidade) e AUTON (capacidade institucional) estão associados a melhor/menor probabilidade de legibilidade. Essa convergência entre métrica contínua (FE) e probabilidade de alta legibilidade (Probit) reforça a robustez substantiva dos determinantes (Li, 2008; Loughran & McDonald, 2014).

Ao incorporar dinâmica e IV, detecta-se reversão à média na legibilidade (coeficiente negativo de $LEGNet-1$), sugerindo que picos não são plenamente sustentados e que há ciclos de esforço de clareza no tempo. Esse padrão é palatável na administração pública, em que janelas regulatórias e calendários político-orçamentários modulam o volume de esforço editorial e de compliance (García-Sánchez et al., 2013).

Como checagem adicional foram observados que a winsorização apresentou repetição de FE/Probit não alterando as interpretações centrais. As Grades de instrumentos, como: a seleção via GRID IV demonstrou que conclusões de IV são sensíveis à composição instrumental; por isso, optou-se por divulgar diagnósticos (F, Sargan, Wu-Hausman) junto aos coeficientes, prática (Baum et al., 2007; Cameron & Trivedi, 2005). Já o modelo GMM apontou resultados inconclusivos que servem como evidência negativa no sentido de que não se obteve conjunto instrumental interno (moments) suficientemente forte/estável, reforçando a escolha por IV.

Nos modelos PGMM, a fragilidade dos instrumentos (Weak $F < 10$) e instabilidade das matrizes reduziram a confiabilidade dos resultados. Enquanto FE e Probit haviam sugerido efeitos para fatores políticos, no GMM tais coeficientes perderam significância, reforçando que parte das associações observadas pode refletir endogeneidade não controlada.

4.6. AVALIAÇÃO DAS HIPÓTESES (H1-H4)

A avaliação das hipóteses foi realizada com base na convergência e consistência dos resultados obtidos nos diferentes modelos estimados (Efeitos Fixos, Probit, CCE e GMM/IV). O objetivo foi verificar em que medida os fatores institucionais, políticos e estruturais explicam as variações na legibilidade das notas explicativas (NEs), conforme proposto nas hipóteses H1 a H4.

O Quadro 1 consolida as evidências empíricas, apresentando a direção, a significância e a robustez dos coeficientes obtidos. Os resultados revelam que as relações teóricas delineadas no modelo conceitual (Seção 2.6) encontram sustentação parcial, com destaque para a influência positiva da capacidade institucional e para o papel ambíguo dos incentivos políticos.

Quadro 1 – Síntese das Hipóteses e Evidências Empíricas

Hipótese	Dimensão	Variáveis-Chave	Evidência Empírica	Situação
H1 - Municípios com maior capacidade institucional apresentam maior legibilidade das NEs.	Capacidade Institucional	IDH, POP, AUTON	Coeficientes positivos e significativos (FE, CCE, GMM)	Evidência consistente com a hipótese
H2 - A presença de incentivos políticos (reeleição e alinhamento partidário) reduz a legibilidade das NEs.	Incentivos Políticos	REELEI, ALINHA	Efeitos negativos e significativos (FE, Probit, IV)	Evidência empírica limitada de suporte à hipótese
H3 - Condições estruturais mais favoráveis (autonomia fiscal e arrecadação)	Condições Estruturais	ARREC, AUTON	Efeitos positivos (CCE, GMM) com	Evidência consistente com a hipótese

aumentam a legibilidade das NEs.			significância moderada	
H4 - Sanções e rejeições de contas por órgãos de controle ampliam a legibilidade das NEs.	Controle Externo	REJCONT	Coeficiente não significativo em todos os modelos	Ausência de evidência empírica significativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os resultados empíricos confirmam H1, indicando que a capacidade institucional — representada pelo porte populacional, pelo IDH e pela autonomia fiscal — exerce efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a legibilidade. Esse achado reforça a hipótese de que estruturas administrativas mais robustas e equipes técnicas mais qualificadas favorecem a produção de informações contábeis mais claras e compreensíveis, em linha com Guillamón et al. (2011) e Pina et al. (2010).

A hipótese H2 encontra suporte empírico limitado, uma vez que os coeficientes das variáveis relacionadas aos incentivos políticos apresentaram sinais negativos, mas significância apenas em parte das especificações. Esse resultado sugere que, embora o efeito político sobre a legibilidade exista, sua intensidade e estabilidade variam conforme o modelo adotado. Essa constatação reforça o argumento de Tejedo-Romero e Ferraz (2016) de que incentivos eleitorais podem comprometer a clareza e a objetividade da informação pública.

A hipótese H3 também é confirmada, evidenciando que condições estruturais mais sólidas, como maior arrecadação e autonomia orçamentária — contribuem para a melhoria da legibilidade. Esse achado é coerente com evidências internacionais que associam estabilidade fiscal e autonomia local à qualidade da divulgação contábil (Alonso et al., 2015)

Por fim, a hipótese H4 não foi confirmada. A rejeição de contas por órgãos de controle não apresentou significância estatística em nenhum dos modelos, indicando que as sanções formais não se traduzem, necessariamente, em maior clareza

informacional. Isso sugere que a pressão regulatória, isoladamente, não assegura a inteligibilidade das notas explicativas, corroborando o argumento de Heald (2006) de que a transparência formal não implica transparência substantiva.

De modo geral, as evidências apontam que a legibilidade das notas explicativas é fortemente condicionada por fatores institucionais e estruturais, enquanto os incentivos políticos tendem a introduzir ruídos na qualidade da comunicação contábil. Esse resultado reforça a necessidade de políticas voltadas ao fortalecimento da capacidade técnica municipal e de incentivos positivos à redação clara e cidadã das demonstrações contábeis, conforme orienta o Comunicado Técnico CTSP 02/2024 (CFC, 2024).

4.7. RESPOSTAS AO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos resultados apresentados, é possível responder de forma sistemática à questão central deste estudo: quais fatores institucionais, políticos e estruturais explicam os diferentes níveis de legibilidade das notas explicativas na contabilidade pública municipal brasileira?

Os achados empíricos demonstram que a capacidade institucional constitui o principal determinante positivo da legibilidade das notas explicativas. Municípios com maior porte populacional, melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e maior autonomia fiscal tendem a produzir relatórios mais claros, consistentes e acessíveis à sociedade. Esse resultado reforça a ideia de que a transparência substantiva depende da existência de estruturas administrativas maduras e de quadros técnicos qualificados.

Em contrapartida, os incentivos políticos — expressos pela tentativa de reeleição e pelo alinhamento partidário entre o Executivo e o Legislativo — apresentaram relação negativa com a legibilidade, sugerindo o uso estratégico da informação contábil para preservar reputações ou evitar questionamentos públicos. Essa evidência se alinha a estudos internacionais que associam o ciclo político-eleitoral à manipulação da linguagem e à redução da inteligibilidade das informações financeiras (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Cuadrado-Ballesteros, 2014).

As condições estruturais, representadas por variáveis de arrecadação própria e estabilidade fiscal, também se mostraram relevantes, ainda que com significância moderada, reforçando que o ambiente econômico local fornece os recursos e incentivos necessários para a melhoria da governança e da comunicação contábil. Por outro lado, as sanções formais e a rejeição de contas por órgãos de controle não exerceram influência significativa sobre a clareza textual, indicando que a coerção normativa isolada não é suficiente para gerar maior legibilidade — o que confirma a distinção entre transparência formal e transparência substantiva proposta por Heald (2006).

De modo integrado, os resultados indicam que a legibilidade das notas explicativas é produto de uma interação entre capacidade institucional e racionalidade política. A clareza textual não depende apenas do cumprimento de normas, mas da consolidação de uma cultura de accountability, na qual a linguagem contábil cumpre função comunicativa e cidadã. Essa constatação se articula com as diretrizes do Comunicado Técnico CTSP 02/2024, que orienta a eliminação de informações irrelevantes e a priorização da compreensibilidade e relevância na elaboração das notas explicativas.

Em síntese, o conjunto de análises empíricas confirma que a legibilidade das notas explicativas reflete tanto a maturidade institucional dos entes federativos quanto a natureza dos incentivos políticos que moldam a gestão pública local. A capacidade administrativa e fiscal fortalece a clareza e a utilidade da informação contábil, enquanto a influência de interesses eleitorais tende a obscurecer sua compreensão. Assim, a legibilidade emerge como um indicador sintético da qualidade da governança pública, articulando dimensões normativas, estruturais e discursivas. Essa constatação reforça o papel estratégico da contabilidade aplicada ao setor público como instrumento de accountability democrática e prepara o terreno para as recomendações e implicações práticas apresentadas no Capítulo 5.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os determinantes institucionais, políticos e estruturais da legibilidade das notas explicativas (NEs) na contabilidade pública municipal brasileira, considerando uma amostra dos maiores municípios do país entre 2016 e 2023. O objetivo foi compreender como diferentes fatores influenciam a clareza, a acessibilidade e a inteligibilidade das informações contábeis divulgadas pelos entes públicos, bem como avaliar em que medida esses elementos refletem a efetividade dos princípios da publicidade e da eficiência na administração pública.

Os resultados evidenciaram que a legibilidade média das notas explicativas é baixa, revelando o predomínio de textos densos, técnicos e pouco acessíveis ao cidadão comum. Essa constatação reforça a diferença entre transparência formal — caracterizada pelo mero cumprimento das exigências normativas — e transparência substantiva, que pressupõe a efetiva compreensão da informação contábil pela sociedade (Heald, 2006). Entre os principais achados empíricos, destaca-se que a capacidade institucional constitui o principal determinante positivo da legibilidade. Municípios com maior porte populacional, melhores indicadores socioeconômicos (IDH) e maior autonomia fiscal apresentaram relatórios contábeis mais claros e compreensíveis, sugerindo que a maturidade administrativa e a qualificação técnica das equipes contábeis favorecem a comunicação pública de qualidade. Esse resultado confirma a hipótese de que o fortalecimento institucional é condição essencial para o aprimoramento da accountability (Guillamón et al., 2011; Pina et al., 2010).

Em contrapartida, os incentivos políticos — especialmente a reeleição e o alinhamento partidário entre o Executivo e o Legislativo — mostraram associação negativa com a legibilidade, ainda que com variação de significância entre os modelos.

Esse efeito indica que, em contextos de racionalidade política intensa, a comunicação contábil pode ser utilizada de forma estratégica para reduzir a exposição pública de resultados desfavoráveis, o que compromete a clareza e a objetividade da informação (Araujo & Tejedo-Romero, 2016; Cuadrado-Ballesteros, 2014; Frias-Aceituno et al., 2013). As condições estruturais, expressas pela capacidade de arrecadação e estabilidade fiscal, também se mostraram positivamente associadas à legibilidade, reforçando que a solidez financeira cria ambiente propício à boa governança e à melhoria dos processos de divulgação contábil. Por outro lado, as sanções formais, como a rejeição de contas por órgãos de controle, não apresentaram relação significativa com a clareza textual, evidenciando que a coerção normativa isolada não garante a inteligibilidade das informações, sendo insuficiente para produzir transparência substantiva.

De modo geral, os resultados apontam que a legibilidade das notas explicativas resulta de um equilíbrio entre capacidade institucional, racionalidade política e estrutura fiscal. A clareza informacional é tanto expressão da maturidade administrativa quanto reflexo da cultura política local. Essa constatação converge com as diretrizes do Comunicado Técnico CTSP 02/2024 (CFC, 2024), que enfatiza a importância de divulgar apenas informações relevantes e compreensíveis, evitando o excesso de dados imateriais que comprometem a utilidade da informação contábil para a sociedade.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao integrar os campos da governança pública, da teoria da agência e da análise textual na contabilidade, incorporando a legibilidade como dimensão mensurável da transparência. Essa abordagem amplia o escopo das pesquisas sobre disclosure no setor público, deslocando o debate do mero cumprimento normativo para a qualidade linguística e

comunicativa das demonstrações. Metodologicamente, a aplicação de modelos econométricos dinâmicos (FE, Probit, CCE e GMM) permitiu capturar a persistência temporal da legibilidade e identificar os fatores que mais contribuem para a sua variação, oferecendo um arcabouço quantitativo robusto e replicável.

Sob a perspectiva prática, os achados fornecem evidências relevantes para gestores públicos, órgãos de controle e entidades normativas. Para os gestores municipais, recomenda-se investir na capacitação técnica das equipes contábeis, adotar guias de redação clara e instituir processos de revisão por pares antes da publicação das demonstrações. Para os tribunais de contas e a Secretaria do Tesouro Nacional, sugere-se a incorporação de critérios de legibilidade nas auditorias e nos rankings de qualidade da informação contábil, bem como o desenvolvimento de trilhas de capacitação voltadas à linguagem cidadã. Já o Conselho Federal de Contabilidade pode fomentar a criação de indicadores padronizados de legibilidade e incentivar a convergência entre as normas contábeis e as práticas comunicacionais, em consonância com o CTSP 02/2024 e o MCASP (Tribunal de Contas da União - TCU, 2024). Essas recomendações reforçam a ideia de que a legibilidade deve ser tratada como um elemento central da eficiência comunicacional da contabilidade pública e não como atributo acessório.

Embora a pesquisa tenha apresentado resultados consistentes, algumas limitações merecem destaque. A amostra abrangeu apenas os maiores municípios brasileiros, o que pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, a mensuração da legibilidade baseou-se exclusivamente no índice de Flesch Reading Ease, que, apesar de amplamente aceito, não capta integralmente a semântica e o contexto discursivo. Para pesquisas futuras, sugere-se expandir a amostra para municípios de médio e pequeno porte, empregar métodos qualitativos — como

entrevistas com contadores públicos e auditores —, analisar a percepção dos usuários da informação contábil e testar outros índices linguísticos (como Gulpease ou Sato) para captar dimensões mais amplas da compreensibilidade textual.

Em síntese, o estudo demonstra que a legibilidade das notas explicativas é uma dimensão essencial da transparência e da accountability pública. A clareza textual amplia a utilidade social da contabilidade, permitindo que os cidadãos compreendam e fiscalizem a gestão dos recursos públicos, fortalecendo, assim, a confiança institucional. Promover a legibilidade é promover transparência substantiva — aquela que não se limita à exposição formal de dados, mas garante o direito democrático à compreensão. Nesse sentido, a legibilidade deve ser reconhecida como uma expressão concreta dos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência, e como instrumento de aprimoramento da governança e da credibilidade das finanças públicas municipais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. H. D., & Bezerra, J. E., Filho. (2020). Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis do Setor Público. *Cadernos de Finanças Públicas*, 17(1), 1–69. <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2017.29>
- Abreu, W. M., Cronemberger Mendes, C., & Silva E Souza, T. (2024). Autonomia fiscal dos municípios: O que explica e o que importa? *Revista do Serviço Público*, 75(2), 245–265. <https://doi.org/10.21874/rsp.v75i2.10423>
- Albert, A., & Anderson, J. A. (1984). On the existence of maximum likelihood estimates in logistic regression models. *Biometrika*, 71(1), 1–10. <https://doi.org/10.1093/biomet/71.1.1>
- Allini, A., Ferri, L., Maffei, M., & Zampella, A. (2017). From Accountability to Readability in the Public Sector: Evidence from Italian Universities. *International Journal of Business and Management*, 12(3), 27. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v12n3p27>
- Alonso, J. M., Clifton, J., & Díaz-Fuentes, D. (2015). Did New Public Management Matter? An empirical analysis of the outsourcing and decentralization effects on public sector size. *Public Management Review*, 17(5), 643–660. <https://doi.org/10.1080/14719037.2013.822532>
- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Transparency, Political Polarization, and Political Budget Cycles in OECD Countries. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530–550. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00200.x>
- Alves, M. A., Bonfim, M. P., Silva, C. T., & Soares, J. M. V. (2023). Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. *Contabilidade Gestão e Governança*, 26(2), 213–248. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i2.3016>
- Angrist, J. D., & Pischke, J.-S. (2009). *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.1515/9781400829828>
- Araújo, H. L. A., & Martins, V. F. (2016). Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: Uma análise do estágio de implementação nos municípios da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 4(11), 41–59.
- Araujo, J. F. F. E. de., & Tejedo-Romero, F. (2016). Local government transparency index: Determinants of municipalities' rankings. *International Journal of Public Sector Management*, 29(4), 327–347. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2015-0199>

- Araujo, J. F. F. E., & Tejedo-Romero, F. (2016). Women's political representation and transparency in local governance. *Local Government Studies*, 42(6), 885–906. <https://doi.org/10.1080/03003930.2016.1194266>
- Arellano, M. (2003). *Panel Data Econometrics* (1^o ed.). Oxford University Press Oxford. <https://doi.org/10.1093/0199245282.001.0001>
- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations. *The Review of Economic Studies*, 58(2), 277. <https://doi.org/10.2307/2297968>
- Assis, T. de P., & Pinto, N. G. M. (2022). *Dimensão populacional e nível de transparência ativa e passiva: Um estudo dos governos locais brasileiros*. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/6459257ddab7b85bf4b57845e875e4d4.pdf>
- Avelino, B. C., Cunha, J. V. A. da., Lima, F. A. S. de, & Colauto, R. D. (2014). Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. *RACE - Revista De Administração, Contabilidade E Economia*, 13((2)), 571–608.
- Baltagi, B. H. (2021). *Econometric Analysis of Panel Data*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-53953-5>
- Baum, C. F., Schaffer, M. E., & Stillman, S. (2007). Enhanced Routines for Instrumental Variables/Generalized Method of Moments Estimation and Testing. *The Stata Journal: Promoting Communications on Statistics and Stata*, 7(4), 465–506. <https://doi.org/10.1177/1536867X0800700402>
- Besley, T., Montalvo, J. G., & Reynal-Querol, M. (2011). Do Educated Leaders Matter? *The Economic Journal*, 121(554), F205–227. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2011.02448.x>
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, 87(1), 115–143. [https://doi.org/10.1016/S0304-4076\(98\)00009-8](https://doi.org/10.1016/S0304-4076(98)00009-8)
- Borba, J. A., De Souza, J. A. S., Rissatti, J. C., & Rover, S. (2019). The linguistic complexities of narrative accounting disclosure on financial statements: An analysis based on readability characteristics. *Research in International Business and Finance*, 48, 59–74. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2018.12.008>
- Bovens, M. (2007). Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework¹. *European Law Journal*, 13(4), 447–468. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>
- Brás, G. R., Pereira, S., & Dowley, K. M. (2024). Local Transparency: Are Non-Partisan Mayors Making the Difference? *PS: Political Science & Politics*, 57(4), 449–455. <https://doi.org/10.1017/S1049096524000295>

- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Bresser-Pereira, L. C. (2022). Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 73(b), 180–219. <https://doi.org/10.21874/rsp.v73.ib.8723>
- Caldas, O., & Freire, F. (2020). Determinantes do Nível de Legibilidade das Prestações de Contas dos Entes Federativos Estaduais no Brasil. *Revista FSA*, 17, 114–137.
- Cameron, A. C., & Trivedi, P. K. (2005). *Microeconometrics: Methods and Applications* (1^o ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511811241>
- Carreirão, Y. de. S. (2014). O sistema partidário brasileiro: Um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 255–295. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>
- Castañeda-Rodríguez, V. M., & Leon-Silva, J. M. (2024). Transparency and its drivers. A study of the Colombian experience (2012-2016). *Revista de Administração Pública*, 58(1), e2023-0027. <https://doi.org/10.1590/0034-761220230027x>
- Costa, O. A., & Junior, J. de A. (2021). Notas explicativas: Práticas dos governos locais do Brasil e dos Estados Unidos. *Revista do TCU*, 147. <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1697>
- Courtis, J. K. (1998). Annual report readability variability: Tests of the obfuscation hypothesis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 11(4), 459–472. <https://doi.org/10.1108/09513579810231457>
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (Fifth edition). SAGE.
- Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. *Government Information Quarterly*, 31(2), 265–277. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.10.012>
- Delamora, A., Gonçalves, M., Gama, J. R., & Caliman, D. R. (2021). Disclosure Dos Elementos Patrimoniais Do Setor Público Na Região Sudeste. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(4), 68–87. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.21945
- Denzin, N. K. (2012). Triangulation 2.0. *Journal of Mixed Methods Research*, 6(2), 80–88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>
- Fairclough, N. (2013). *Language and Power* (0 ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315838250>

- Faria, R. S. F., Faria, L. H. L., & Medeiros, R. L. (2023). Relações entre desenvolvimento humano, capital humano e transparência da gestão pública nos estados brasileiros. *Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)*, 14(8), 13820–13833. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2623>
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). (2023). *Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)—Ano-base 2022*. <https://www.firjan.com.br/ifgf/>
- Fenner, V. U., Sâmara Visentini, M., & Smolski, F. M. D. S. (2022). Transparência pública municipal: Análise das variáveis políticas e socioeconômicas determinantes. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(52). <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e84420>
- Fiedler, F. E., & Leister, A. F. (1977). Leader intelligence and task performance: A test of a multiple screen model. *Organizational Behavior and Human Performance*, 20(1), 1–14. [https://doi.org/10.1016/0030-5073\(77\)90040-X](https://doi.org/10.1016/0030-5073(77)90040-X)
- Flick, U. (2018). *Designing Qualitative Research*. SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781529622737>
- Fox, J., & Weisberg, S. (2018). *An R companion to applied regression* (Third edition). SAGE.
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. M. (2013). The Role of the Board in the Dissemination of Integrated Corporate Social Reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219–233. <https://doi.org/10.1002/csr.1294>
- Gamayuni, R. R. (2018). The effect of internal auditor competence and objectivity, and management support on effectiveness of internal audit function and financial reporting quality implications at local government. *International Journal of Economic Policy in Emerging Economies*, 11(3), 248. <https://doi.org/10.1504/IJEPEE.2018.093951>
- García-Sánchez, I.-M., Frías-Aceituno, J.-V., & Rodríguez-Domínguez, L. (2013). Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments. *Journal of Cleaner Production*, 39, 60–72. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.08.037>
- Gomes, N. C., & Corrêa da Silva, M. (2022). Análise dos Fatores Explicativos do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. *Journal of Globalization, Competitiveness and Governability*, 16(3). <https://doi.org/10.3232/GCG.2022.V16.N3.05>
- Greene, W. (2012). *Econometric analysis* (7. ed., international ed., [veränd. Nachdr.]). Pearson.

- Grin, E. J., Nascimento, A. B. do., Abrucio, F. L., & Fernandes, A. S. (2018). Sobre desconexões e hiatos: Uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75417>
- Guillamón, M.-D., Bastida, F., & Benito, B. (2011). The Determinants of Local Government's Financial Transparency. *Local Government Studies*, 37(4), 391–406. <https://doi.org/10.1080/03003930.2011.588704>
- Hair, J. F., Black, W. C., & Babin, B. J. (2022). *Análise Multivariada De Dados*. Bookman.
- Heald, D. (2006). *Transparency: The Key to Better Governance?* British Academy.
- Heinze, G., & Schemper, M. (2002). A solution to the problem of separation in logistic regression. *Statistics in Medicine*, 21(16), 2409–2419. <https://doi.org/10.1002/sim.1047>
- Holtz, L., & Santos, O. M. dos. (2019). Legibilidade das notas explicativas das empresas brasileiras de capital aberto. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 39(1), 57–73. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v39i1.45275>
- Hsiao, C. (2014). *Analysis of Panel Data* (3^o ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139839327>
- Institute of Public Finance & Accountancy. (2014). *International Framework: Governance in the public sector*. The Chartered Institute of Public Finance & Accountancy. IFAC. <https://www.cipfa.org/policy-and-guidance/standards/international-framework-good-governance-in-the-public-sector>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jones, B. F., & Olken, B. A. (2005). Do Leaders Matter? National Leadership and Growth Since World War II. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(3), 835–864. <https://doi.org/10.1093/qje/120.3.835>
- Koppell, J. G. (2005). Pathologies of Accountability: ICANN and the Challenge of “Multiple Accountabilities Disorder”. *Public Administration Review*, 65(1), 94–108. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00434.x>
- Kosmidis, I., & Kenne Pagui, E. C. (2025). *brglm2: Bias Reduction in Generalized Linear Models* (Versão 1.0.0) [Software]. <https://doi.org/10.32614/CRAN.package.brglm2>
- La Porta, R., Lopez-De-Silanes, F., & Shleifer, A. (1999). Corporate Ownership Around the World. *The Journal of Finance*, 54(2), 471–517. <https://doi.org/10.1111/0022-1082.00115>

- Li, F. (2008). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2–3), 221–247. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>
- Lima, E. C. P. (2023). *Os tribunais de contas e as políticas públicas*. Fórum. <https://digital.editoraforum.com.br/livro/os-tribunais-de-contas-e-as-politicas-publicas-5618/1>
- Lněnička, M., Machova, R., Volejníková, J., Linhartová, V., Knezackova, R., & Hub, M. (2021). Enhancing transparency through open government data: The case of data portals and their features and capabilities. *Online Information Review*, 45(6), 1021–1038. <https://doi.org/10.1108/OIR-05-2020-0204>
- Long, J. S., & Freese, J. (2014). *Regression models for categorical dependent variables using Stata* (Third edition). Stata Press Publication, StataCorp LP.
- Loughran, T., & McDonald, B. (2014). Measuring Readability in Financial Disclosures. *The Journal of Finance*, 69(4), 1643–1671. <https://doi.org/10.1111/jofi.12162>
- Lundholm, R. J., Rogo, R., & Zhang, J. L. (2014). Restoring the Tower of Babel: How Foreign Firms Communicate with U.S. Investors. *The Accounting Review*, 89(4), 1453–1485. <https://doi.org/10.2308/accr-50725>
- Medeiros Neto, E. M. de., & Rocha, G. (2021). ineficiência dos portais de transparência pública no Brasil: Uma análise à luz do princípio da publicidade e do direito ao desenvolvimento. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, 15(44), 225–244. <https://doi.org/10.30899/dfj.v15i44.755>
- Martins, L. C., Libonati, J. J., Miranda, L. C., & Freitas, M. A. L. de. (2020). Controle Externo das Contas Públicas: A Influência Política no Julgamento das Contas dos Prefeitos do Estado de Pernambuco. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 162–176. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.27792
- Martins, T. B. F., Ghiraldelo, C. M., nunes, M. das G. V., & Oliveira Junior, O. N. de. (1996). *Readability formulas applied to textbooks in brazilian portuguese*. <https://repositorio.usp.br/directbitstream/73fba911-601e-4040-bda6-f17c07aad52b/906089.pdf>
- Medeiros, A. C. de. O., Alves, F. J. dos. S., & Duque, A. P. O. (2016). Evidenciação do Controle Social nas Prestações de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola no Município do Rio de Janeiro. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(3). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v11i3.13389
- Meijer, A. J., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Open government: Connecting vision and voice. *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 10–29. <https://doi.org/10.1177/0020852311429533>
- Moreno, G. C. de L., de Souza, M. P. M., Hein, N., & Hein, A. K. (2022). *ALT: Um software para análise de legibilidade de textos em Língua Portuguesa* (Versão 3). arXiv. <https://doi.org/10.48550/ARXIV.2203.12135>

- Norma Brasileira de Contabilidade - CFC. (2024). *CTSP 2, de 13 de junho de 2024*. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/norma-brasileira-de-contabilidade-ctsp-2-de-13-de-junho-de-2024-566632522>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2015). *Government at a Glance 2015*. OECD. https://doi.org/10.1787/gov_glance-2015-en
- Oliveira, A. C. D., & Santos, N. D. A. (2024). Passive transparency in small brazilian municipalities. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036*, 16(2). <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n2ID36723>
- Peci, A., Pieranti, O. P., & Rodrigues, S. (2008). Governança e new public management: Convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, 15(46), 39–55. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302008000300002>
- Perea, D., Bonsón, E., & Bednárová, M. (2021). Citizen reactions to municipalities' Instagram communication. *Government Information Quarterly*, 38(3), 101579. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101579>
- Pesaran, M. H. (2006). Estimation and Inference in Large Heterogeneous Panels with a Multifactor Error Structure. *Econometrica*, 74(4), 967–1012. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0262.2006.00692.x>
- Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2010). Is E-Government Promoting Convergence Towards More Accountable Local Governments? *International Public Management Journal*, 13(4), 350–380. <https://doi.org/10.1080/10967494.2010.524834>
- Piotrowski, S. J., & Van Ryzin, G. G. (2007). Citizen Attitudes Toward Transparency in Local Government. *The American Review of Public Administration*, 37(3), 306–323. <https://doi.org/10.1177/0275074006296777>
- Poulsen, A., & Varjão, C. E. (2019). *Political opposition, legislative oversight, and politician performance: Evidence from Brazil*. <https://ssrn.com/abstract=3304209>
- Rashid, Md. M. (2020). Financial reporting quality and share price movement-evidence from listed companies in Bangladesh. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(3), 425–458. <https://doi.org/10.1108/JFRA-01-2019-0019>
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. D. (2016). Review of passive transparency in Brazilian city councils. *Revista de Administração*, 51(3), 288–298. <https://doi.org/10.1016/j.rausp.2016.02.001>
- Rodrigues, J. G. (2014). Publicidade, transparência e abertura na administração pública. *Revista de Direito Administrativo*, 266, 89–123. <https://doi.org/10.12660/rda.v266.2014.32142>

- Roodman, D. (2009). How to do Xtabond2: An Introduction to Difference and System GMM in Stata. *The Stata Journal: Promoting Communications on Statistics and Stata*, 9(1), 86–136. <https://doi.org/10.1177/1536867X0900900106>
- Rostbøll, C. F. (2023). Populism, democracy, and the publicity requirement. *Constellations*, 30(3), 276–289. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12625>
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: New evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1–2), 233–247. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9654-1>
- Sena, T. R., Freitas, S. C. de., & Santana Junior, J. L. de. (2023). Gerenciamento de resultados e legibilidade das notas explicativas: Manipulações nas evidenciações contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 17(1). <https://doi.org/10.17524/repec.v17i1.3214>
- Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A Survey of Corporate Governance. *The Journal of Finance*, 52(2), 737–783. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>
- Sousa, K. M. de. (2022). Efeito Spillover: Uma análise espacial da qualidade da informação contábil nos municípios brasileiros. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 16(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v16i4.3037>
- Silva, M. de. P. R., & Lima, F. L. de. A. (2023). O Princípio da Eficiência na Gestão Pública Brasileira: Uma análise de suas Contribuições nos Serviços Destinados a Sociedade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(4), 138–151. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i4.9106>
- Tejedo-Romero, F., Esteves Araujo, J. F. F., Tejada, Á., & Ramírez, Y. (2022). E-government mechanisms to enhance the participation of citizens and society: Exploratory analysis through the dimension of municipalities. *Technology in Society*, 70, 101978. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2022.101978>
- Tejedo-Romero, F., & Esteves Araujo, J. F. F. (2018). Transparencia en los municipios españoles: Determinantes de la divulgación de información. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, 153-174. <https://doi.org/10.29101/crcs.v25i78.9254>
- Tribunal de Contas da União - TCU. (2024). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. Secretaria do Tesouro Nacional. https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458
- Visentini, M. S., Scheid, L. L., Fenne, V. U., & Correa, D. D. V. (2022). Fatores associados à transparência pública nos 497 municípios gaúchos. *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*: n. 59, jul./set. 2021, 59, 257–284. <https://doi.org/10.38116/ppp59art9>

Wooldridge, J. (2021). *Introdução à econometria: Uma abordagem moderna*. Cengage Learning.

Zhang, I. X. (2007). Economic consequences of the Sarbanes–Oxley Act of 2002. *Journal of Accounting and Economics*, 44(1–2), 74–115. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2007.02.002>